

DÉBORA REGIANA GARCIA

CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA POLÍTICA PARA O ENTENDIMENTO DA PARTICIPAÇÃO EM MOVIMENTOS SOCIAIS



DÉBORA REGIANA GARCIA

CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA POLÍTICA PARA O ENTENDIMENTO DA PARTICIPAÇÃO EM MOVIMENTOS SOCIAIS



pimenta
cultural

2 0 1 9

São Paulo

CONTRIBUIÇÕES
DA PSICOLOGIA
POLÍTICA PARA
O ENTENDIMENTO
DA PARTICIPAÇÃO
EM MOVIMENTOS
SOCIAIS

Copyright © Pimenta Cultural, alguns direitos reservados

Copyright do texto © 2019 a autora

Copyright da edição © 2019 Pimenta Cultural

Esta obra é licenciada por uma *Licença Creative Commons: by-nc-nd*. Direitos para esta edição cedidos à Pimenta Cultural pelo autor para esta obra. Qualquer parte ou a totalidade do conteúdo desta publicação pode ser reproduzida ou compartilhada. O conteúdo publicado é de inteira responsabilidade do autor, não representando a posição oficial da Pimenta Cultural.

Comissão Editorial Científica

Alaim Souza Neto, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil
Alexandre Antonio Timbane, Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Brasil
Alexandre Silva Santos Filho, Universidade Federal do Pará, Brasil
Aline Corso, Faculdade Cenecista de Bento Gonçalves, Brasil
André Gobbo, Universidade Federal de Santa Catarina e Faculdade Avantis, Brasil
Andressa Wiebusch, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Brasil
Andreza Regina Lopes da Silva, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil
Angela Maria Farah, Centro Universitário de União da Vitória, Brasil
Anísio Batista Pereira, Universidade Federal de Uberlândia, Brasil
Arthur Vianna Ferreira, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Beatriz Braga Bezerra, Escola Superior de Propaganda e Marketing, Brasil
Bernadette Beber, Faculdade Avantis, Brasil
Bruna Carolina de Lima Siqueira dos Santos, Universidade do Vale do Itajaí, Brasil
Bruno Rafael Silva Nogueira Barbosa, Universidade Federal da Paraíba, Brasil
Cleonice de Fátima Martins, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil
Daniele Cristine Rodrigues, Universidade de São Paulo, Brasil
Dayse Sampaio Lopes Borges, Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Brasil
Delton Aparecido Felipe, Universidade Estadual do Paraná, Brasil
Dorama de Miranda Carvalho, Escola Superior de Propaganda e Marketing, Brasil
Elena Maria Mallmann, Universidade Federal de Santa Maria, Brasil
Elisiane Borges leal, Universidade Federal do Piauí, Brasil
Elizabete de Paula Pacheco, Instituto Federal de Goiás, Brasil
Emanuel Cesar Pires Assis, Universidade Estadual do Maranhão, Brasil
Francisca de Assiz Carvalho, Universidade Cruzeiro do Sul, Brasil
Gracy Cristina Astolpho Duarte, Escola Superior de Propaganda e Marketing, Brasil
Handerson Leylton Costa Damasceno, Universidade Federal da Bahia, Brasil
Heloisa Candello, IBM Research Brazil, IBM BRASIL, Brasil
Inara Antunes Vieira Willerdig, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil
Jacqueline de Castro Rimá, Universidade Federal da Paraíba, Brasil
Jeane Carla Oliveira de Melo, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão, Brasil

CONTRIBUIÇÕES
DA PSICOLOGIA
POLÍTICA PARA
O ENTENDIMENTO
DA PARTICIPAÇÃO
EM MOVIMENTOS
SOCIAIS

Jerônimo Becker Flores, Pontifício Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Brasil
Joelson Alves Onofre, Universidade Estadual de Feira de Santana, Brasil
Joselia Maria Neves, Portugal, Instituto Politécnico de Leiria, Portugal
Júlia Carolina da Costa Santos, Universidade Estadual do Maro Grosso do Sul, Brasil
Juliana da Silva Paiva, Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia da Paraíba, Brasil
Kamil Giglio, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil
Laionel Vieira da Silva, Universidade Federal da Paraíba, Brasil
Lídia Oliveira, Universidade de Aveiro, Portugal
Ligia Stella Baptista Correia, Escola Superior de Propaganda e Marketing, Brasil
Luan Gomes dos Santos de Oliveira, Universidade Federal de Campina Grande, Brasil
Lucas Rodrigues Lopes, Faculdade de Tecnologia de Mogi Mirim, Brasil
Luciene Correia Santos de Oliveira Luz, Universidade Federal de Goiás; Instituto Federal de Goiás., Brasil
Lucimara Rett, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil
Marcio Bernardino Sirino, Universidade Castelo Branco, Brasil
Marcio Duarte, Faculdades FACCAT, Brasil
Marcos dos Reis Batista, Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Brasil
Maria Edith Maroca de Avelar Rivelli de Oliveira, Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil
Maribel Santos Miranda-Pinto, Instituto de Educação da Universidade do Minho, Portugal
Marília Matos Gonçalves, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil
Marina A. E. Negri, Universidade de São Paulo, Brasil
Marta Cristina Goulart Braga, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil
Michele Marcelo Silva Bortolai, Universidade de São Paulo, Brasil
Midierson Maia, Universidade de São Paulo, Brasil
Patrícia Biegging, Universidade de São Paulo, Brasil
Patrícia Flavia Mota, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil
Patrícia Mara de Carvalho Costa Leite, Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil
Patrícia Oliveira, Universidade de Aveiro, Portugal
Ramofly Ramofly Bicalho, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Brasil
Rarielle Rodrigues Lima, Universidade Federal do Maranhão, Brasil
Raul Inácio Busarello, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil
Ricardo Luiz de Bittencourt, Universidade do Extremo Sul Catarinense, Brasil
Rita Oliveira, Universidade de Aveiro, Portugal
Rosane de Fatima Antunes Obregon, Universidade Federal do Maranhão, Brasil
Samuel Pompeo, Universidade Estadual Paulista, Brasil
Tadeu João Ribeiro Baptista, Universidade Federal de Goiás, Brasil
Tarcísio Vanzin, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil
Thais Karina Souza do Nascimento, Universidade Federal Do Pará, Brasil
Thiago Barbosa Soares, Instituto Federal Fluminense, Brasil
Valdemar Valente Júnior, Universidade Castelo Branco, Brasil
Vania Ribas Ulbricht, Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil
Wellton da Silva de Fátima, Universidade Federal Fluminense, Brasil
Wilder Kleber Fernandes de Santana, Universidade Federal da Paraíba, Brasil

CONTRIBUIÇÕES
DA PSICOLOGIA
POLÍTICA PARA
O ENTENDIMENTO
DA PARTICIPAÇÃO
EM MOVIMENTOS
SOCIAIS

Direção Editorial Patricia Biegging
Raul Inácio Busarello
Administrador de sistemas Marcelo Eyng
Capa e Projeto Gráfico Raul Inácio Busarello
Editora Executiva Patricia Biegging
Revisão A autora
Autora Débora Regiana Garcia

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

G216c Garcia, Débora Regiana -
Contribuições da psicologia política para o entendimento
da participação em movimentos sociais. Débora Regiana
Garcia. São Paulo: Pimenta Cultural, 2019. 64p..

Inclui bibliografia.

ISBN: 978-85-7221-017-1 (eBook PDF)

978-85-7221-016-4 (Brochura)

1. Psicologia. 2. Movimentos sociais. 3. Psicopolítica.
4. Política. I. Garcia, Débora Regiana. II. Título.

CDU: 159-9

CDD: 150

DOI: 10.31560/pimentacultural/2019.171

PIMENTA CULTURAL
São Paulo - SP - Brasil
Telefone: +55 (11) 96766-2200
E-mail: livro@pimentacultural.com
www.pimentacultural.com



2019

CONTRIBUIÇÕES
DA PSICOLOGIA
POLÍTICA PARA
O ENTENDIMENTO
DA PARTICIPAÇÃO
EM MOVIMENTOS
SOCIAIS

Eu vi uma foto de um grupo
de amigos e pensei:
era para eu estar lá,
pois todo o ano eu estava.

Não sei o que me impressionou
mais, se foi a forma de como
agora eu converso apenas com
uma ou duas daquelas pessoas
ou se foi como me lembro
do exato motivo pelo qual deixei
de acompanhar os demais.

Nada é demais.

Não guardo o mal que aprendi...

São só pedaços de minha
construída maturidade.

CONTRIBUIÇÕES
DA PSICOLOGIA
POLÍTICA PARA
O ENTENDIMENTO
DA PARTICIPAÇÃO
EM MOVIMENTOS
SOCIAIS

Gostaria de agradecer
a Deus, à vida,
à minha família,
às pessoas que amo
e, principalmente,
a todos que me apoiaram.

*Dedico este livro
ao meu bisavô José Bernardinelli
(in memoriam),
ao meu avô João Matta Garcia
(in memoriam)
e à minha amiga Raquel Romão
(in memoriam).
Pessoas que seguem vivas
em minha existência
e que suas lições
sempre estarão comigo,
por fim, gostaria de dizer
para vocês, onde quer
que estejam, que conseguimos.*

CONTRIBUIÇÕES
DA PSICOLOGIA
POLÍTICA PARA
O ENTENDIMENTO
DA PARTICIPAÇÃO
EM MOVIMENTOS
SOCIAIS

SUMÁRIO

PREFÁCIO	8
1. INTRODUÇÃO.....	11
2. MOVIMENTOS SOCIAIS: CONCEITOS E HISTÓRICO	13
2.1. O que é movimento social.....	14
2.2. Teorias clássicas de movimentos sociais	16
2.2.1 <i>Mobilização de recursos</i>	17
2.2.2 <i>Novos movimentos sociais</i>	19
3. PSICOLOGIA E MOVIMENTOS SOCIAIS: APROXIMAÇÕES PSICOPOLÍTICAS	23
4. PSICOLOGIA E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA EM MOVIMENTOS SOCIAIS	34
4.1. Ignácio Martin-Baró	35
4.2. Salvador Sandoval.....	37
4.3. Bert Klandermans	43
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	57
6. REFERÊNCIAS	60
ÍNDICE REMISSIVO	62
SOBRE A AUTORA.....	64



CONTRIBUIÇÕES
DA PSICOLOGIA
POLÍTICA PARA
O ENTENDIMENTO
DA PARTICIPAÇÃO
EM MOVIMENTOS
SOCIAIS

PREFÁCIO

A temática da participação política e dos movimentos sociais têm se mostrado de grande pertinência no Brasil. Desde as Jornadas de Junho de 2013 até as eleições de 2018, várias ações coletivas de diferentes matizes ideológicas têm tomado forma em nosso país. Tais ações são extremamente complexas e exigem um olhar interdisciplinar para sua análise e entendimento. O presente trabalho nos oferece a oportunidade de pensar esses movimentos a partir de um enfoque psicossocial ou, para sermos mais específicos, psicopolítico. A Psicologia Política se constitui enquanto um campo cuja grande característica é a busca da interdisciplinaridade. Segundo Rosa e Silva (2012, p. 11)

A Psicologia Política é uma disciplina acadêmica, fruto da especial confluência entre a Psicologia e a Ciência Política, visto que outros estudos se associam na sua produção. Ela se constitui no interstício das fronteiras disciplinares e muitas vezes se vê refém de sua própria identidade, mas com possibilidades efetivas de dar respostas a questões que a tradição disciplinar não tem conseguido responder.

Tive a alegria de participar da trajetória de formação da autora deste volume – a psicóloga Débora Regiana Garcia. Foram anos de compartilhamento de aulas e conhecimentos e, por fim, também fui honrado com a orientação de seu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), do qual o presente livro é resultado. A dedicação de Débora durante toda sua formação tinha o poder de incentivar qualquer professor.

A autora ao trabalhar a temática da participação política em movimentos sociais aborda três grandes nomes da Psicologia Política: Ignacio Martín-Baró, Salvador Sandoval e Bert Klandermans.

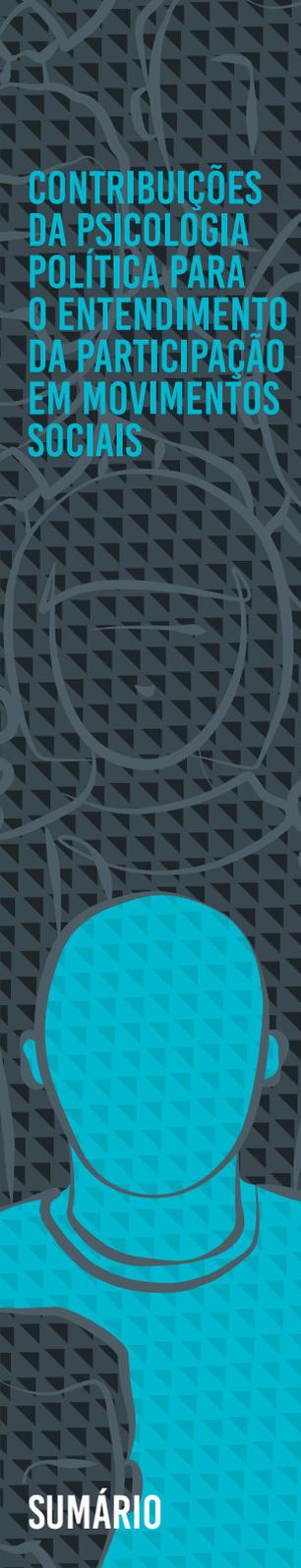
Martín-Baró é um pensador de origem espanhola que desenvolveu a maior parte de seu trabalho em El Salvador

CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA POLÍTICA PARA O ENTENDIMENTO DA PARTICIPAÇÃO EM MOVIMENTOS SOCIAIS

durante os anos 70 e 80 do século XX. Ele tece severas críticas a dita psicologia tradicional, a qual seria muito pouco eficaz para lidar com os grandes problemas da América Latina: a pobreza, a violência e o autoritarismo. Segundo Martín-Baró (1985), a psicologia genuinamente latino-americana deveria estar ao lado daqueles que são explorados e oprimidos em nosso continente. Ele propõe a necessidade de se produzir uma Psicologia da Libertação, cujo objetivo seria contribuir para que os povos – em especial na América Latina - tivessem uma vida mais digna e livre.

No entanto, antes da criação da Psicologia da Libertação, seria necessário libertar a psicologia de algumas amarras ideológicas que a atrelariam a concepções de sujeito que perpetuam, mesmo involuntariamente, relações de exploração e opressão (Martín-Baró, 1986). No dia 16 de novembro de 1989, Martín-Baró foi assassinado em sua universidade, junto a outras oito pessoas, por membros das Forças Armadas de El Salvador. Sem dúvidas as propostas desse pensador incomodaram em muito os poderosos e interessados em manter as relações de exclusão existentes. Hoje a Universidade de Chicago nos EUA concede anualmente o prêmio “Ignacio Martín-Baró” ao melhor ensaio sobre direitos humanos.

Salvador Sandoval é um pensador estadunidense radicado no Brasil. Ele foi um dos responsáveis pela estruturação da Psicologia Política em nosso país. Seu foco de estudo é a constituição da consciência política. A partir da tradição de conscientização de Paulo Freire, Sandoval (2001) elabora um modelo de consciência política composto por sete dimensões psicossociais. A proposta é a síntese de vários conceitos desenvolvidos por diversos teóricos no campo da Psicologia Política e Ciência Política. Salvador (1994) defende a necessidade de desnaturalizar relações e situações cotidianas, as quais propagariam análises imediatistas, pragmáticas e superficiais da realidade social. Seu



CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA POLÍTICA PARA O ENTENDIMENTO DA PARTICIPAÇÃO EM MOVIMENTOS SOCIAIS

modelo tem como objetivo propor uma ferramenta analítica para fenômenos psicopolíticos, mas também visa orientar intervenções no campo da participação política em movimentos.

Bert Klandermans é um psicólogo social e político holandês que têm se dedicado aos estudos dos movimentos sociais desde os anos 70 do século passado. Klandermans (1997) desenvolve a chamada Psicologia Social do Protesto, a qual, a partir prioritariamente da Psicologia Cognitiva, tem como foco a busca por entender as motivações que levam indivíduos a participarem politicamente. O autor trabalha a dimensão psicossocial das teorias clássicas de movimentos sociais: Teoria da Mobilização de Recursos, Teoria dos Novos Movimentos Sociais e a Teoria do Processo Político. A partir da elaboração dessas três tradições, propõe seu modelo teórico de motivação individual em participar de movimentos sociais.

Como podemos brevemente expor acima, este volume conta com propostas teóricas vigorosas advindas de diferentes tradições. Assim, o livro se caracteriza como uma grande oportunidade a todas e todos interessados em começar seus estudos em Psicologia Política. Estudantes de Psicologia – mas também o público em geral – poderão se beneficiar dos paradigmas abordados e discutidos pela autora. Em tempos de propagação de intolerância e disseminação de *Fake News*, se faz importante como nunca possuir modelos estruturados de análise e intervenção na realidade social e política que visem à construção de uma sociedade mais justa e democrática para todas e todos.

*Leandro Amorim Rosa*¹

1. Doutorando em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Docente no curso de Psicologia do Instituto Municipal de Ensino Superior de Catanduva (IMES / Catanduva). Pesquisador visitante da VU Amsterdam.

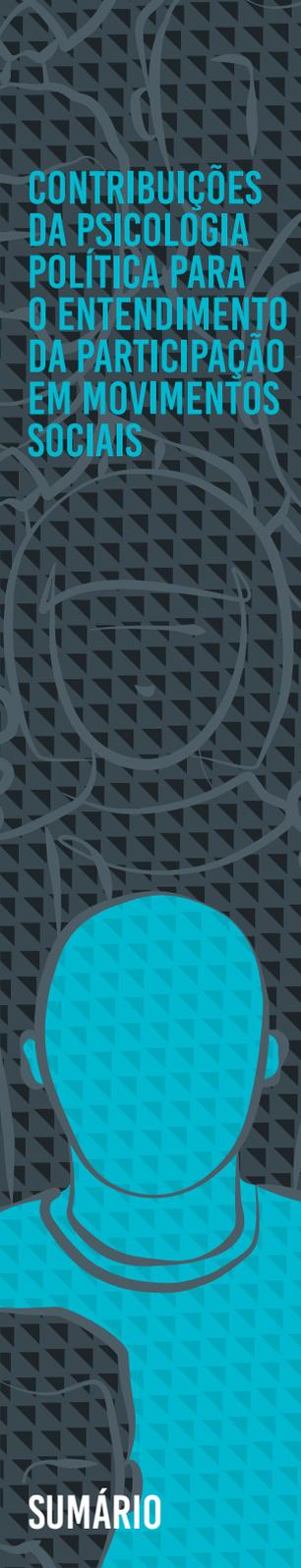
CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA POLÍTICA PARA O ENTENDIMENTO DA PARTICIPAÇÃO EM MOVIMENTOS SOCIAIS

1. INTRODUÇÃO

Os movimentos sociais são conhecidos por serem compostos de grandes massas de pessoas reivindicando objetivos em comum ou uma ideia em geral. No ano de 2015, movimentos ganharam proporções midiáticas, como a luta por 20 centavos no aumento da passagem no transporte urbano, assim como a mobilização conhecida como “Vem Pra Rua”. Este movimento questionava práticas políticas contemporâneas e chamou a atenção para o cenário das mobilizações enquanto ações que garantem o direito do cidadão e o reconhece como autor político (VEM PRA RUA, 2014).

Grande parte das mobilizações é realizada por pessoas que acreditam em uma necessidade em comum, vivenciada na sociedade ou em sua comunidade, como, também, pessoas que adquirem a ideia e se tornam subjetivadas pela massa. Além disso, existem as mobilizações que têm um líder adorado – autoritário e/ou carismático - como forma de manifestar suas crenças (LE BON, 1895).

O presente trabalho tem o objetivo pensar as contribuições que a psicologia – em especial a psicologia política - pode dar para o entendimento do processo de participação política em movimentos sociais. A psicologia está envolvida no processo de identificação, a partir de relatos já expostos por Le Bon (1895), que utilizava o termo “Alma Coletiva” para explicar os fenômenos que tiram os indivíduos da vivência de uma vida particular e o tornam, mediante a participação em uma mobilização, participante de uma massa, um integrante da alma coletiva. Logo após, Freud (1921 - 1923) escreve *Psicologia das Massas e Análise do Eu*, livro que defende o fato de os indivíduos ficarem hipnotizados por uma ideia ou algum líder do movimento, o que



CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA POLÍTICA PARA O ENTENDIMENTO DA PARTICIPAÇÃO EM MOVIMENTOS SOCIAIS

conduz, de forma inconsciente, aos comportamentos em massa. A relevância deste trabalho acadêmico está na identificação da importância do entendimento das contribuições da psicologia em movimentos sociais para justificar os comportamentos dos indivíduos e a promoção do bem-estar àquele que participa.

A metodologia baseia-se em pesquisas bibliográficas de autores que contribuíram com estudos no campo da psicologia social e política. No Capítulo 2, intitulado “Movimentos Sociais: Conceitos e histórico”, serão utilizados os conceitos e sua trajetória para explicar de forma histórica, as mobilizações; no Capítulo 3 “Psicologia e Movimento Sociais: aproximações psicopolíticas”, inicia-se a interligação entre a psicologia e os movimentos sociais, explicando a importância da psicologia quando o assunto é mobilizações em massa; e, por fim, o Capítulo 4, “Psicologia e Participação Política em Movimentos Sociais”, está subdividido entre o autor Ignacio Martín Baró e suas considerações sobre a Psicologia Política, a consciência política de Salvador Sandoval e a teoria sobre oferta e a demanda de movimentos sociais de Bert Klandermans. Por fim, nas considerações finais estão expostas as conclusões do estudo bibliográfico sobre as contribuições da psicologia política sobre os movimentos sociais.



02

**MOVIMENTOS
SOCIAIS:
CONCEITOS
E HISTÓRICO**

2.1. O que é movimento social

Os movimentos sociais são grupos que se unem a partir da reivindicação de determinada demanda - seja ela material ou não – e são compostos por meio de elementos objetivos e subjetivos. A formação de movimentos coletivos envolve aspectos sociais, mas também faz-se necessário olhar para o sujeito como agente desse processo. São diversas as dimensões a serem consideradas no estudo dos movimentos sociais: estrutura social e econômica, identidades coletivas, consciência política, cultura, etc. Dessa forma, Corrêa e Almeida (2012) sugerem que os movimentos sociais se dão por meio de ações coletivas, organizações estratégicas e finalidades específicas. Além disso, tais movimentos tocam conjuntos de crenças e valores compartilhados e vivenciados, como, por exemplo, sentimentos de injustiça vinculados a questões materiais ou simbólicas.

O movimento social constitui essa organização não-institucional, que atua nas diferentes esferas sociais, distintamente dos partidos políticos e das instituições do Estado, na busca por ganhos de curto prazo (CORRÊA; ALMEIDA, 2012, p. 553).

A partir da segunda metade do século XX, os movimentos sociais deixaram de buscar apenas os interesses materiais e partiram em busca, principalmente, de questionar a sociedade civil e de proporcionar a democratização. Esses processos teriam aumentado tanto quanto a expansão da lógica sistêmica, típica da economia e da política institucional. Seriam, então, formas particulares de resistências de desenvolvimento socioeconômico, buscando a apropriação de tempo e espaço e reconhecimento de identidades coletivas (CORRÊA; ALMEIDA, 2012, p. 556).

Os novos movimentos sociais, segundo Alonso (2009), seriam grupos formados por minorias políticas ou grandes

CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA POLÍTICA PARA O ENTENDIMENTO DA PARTICIPAÇÃO EM MOVIMENTOS SOCIAIS

coletivos, que tendem a uma demanda simbólica com efeitos aos estilos de vida. A partir disso, recorrem a uma ação direta, pacífica e baseada numa organização que flua, não mais de forma hierárquica, descentralizada ou burocratizada.

Os ditos novos movimentos sociais, por priorizam a pauta simbólica, delegam para segundo plano categorizações de classe social. Por exemplo, o movimento negro busca defender a igualdade racial, e para esse desenvolvimento não há diferenças se são pessoas de maior poder aquisitivo ou menor, haja vista que o ideal está relacionado ao respeito (ALONSO, 2009, p. 60)

Esta definição específica exclui as reivindicações coletivas de poderosos em relação a poderosos, esforços coletivos para se evadir ou se auto-renovar e alguns outros fenômenos próximos que, de fato, compartilham características importantes com as interações que estão dentro das fronteiras (MCADAM; TARROW; TILLY, 2001, p. 21).

Problemas sociais tornaram-se questionamentos voltados ao sistema social, que agora questiona também sua existência e em que contexto está inserido. Essas transformações obrigaram a remodelagem das teorias dos movimentos sociais, sobretudo de modo que lhes dessem a capacidade de explicar mais persuasivamente o caráter simbólico e a dimensão global do ativismo. Conforme pontua Alonso (2009, p. 77): “Ao mesmo tempo em que o debate abriu a angular do nacional para o global, focalizou a maneira como a cultura comparece nos processos de mobilização política”.

Podemos dizer sobre a globalização dos movimentos sociais e como isso se aplica à sociedade atual e, principalmente, ao ativismo que considera a ofertas tão generosas de teorias e definições, como também a cultura e globalização. Nesse aspecto, “As novas mobilizações não teriam uma base social demarcada. Seus atores não se definiriam mais por uma atividade, o trabalho, mas por formas de vida.” (ALONSO, 2009, p. 60).

2.2. Teorias clássicas de movimentos sociais

A partir da década de 30, a sociologia lançou questionamentos sobre a eficácia dos movimentos sociais, sugerindo que o argumento disseminado significava que o individualismo exacerbado da sociedade moderna teria produzido efeitos narcísicos e contra a política. Isso porque, “de uma maneira ou outra, a explicação tinha pilares psicossociais, amparando-se em emoções coletivas, e tom sombrio, ressoando o contexto de avanço dos regimes totalitários” (ALONSO, 2009, p. 50).

Nos anos de 1960, alguns teóricos ainda sugeriam que esses movimentos sociais eram retorno do movimento operário, porém, na Europa e nos Estados Unidos, os motivos pelos quais a massa se reunia possuía suas peculiaridades que não envolviam, exatamente ou exclusivamente, a economia. Os movimentos políticos têm bases institucionais que reedificam os seus direitos enquanto cidadãos ou a falta de aplicações de políticas públicas que auxiliam no desenvolvimento da sociedade e da integração dela (ALONSO, 2009, p. 50).

A ruptura está no próprio nome que o fenômeno ganhou. Tratava-se seguramente de “movimentos”, no sentido de ações coordenadas de mesmo sentido acontecendo fora das instituições políticas, mas não eram, de modo algum, protagonizadas por *mobs*, tampouco por “proletários” (ALONSO, 2009, p. 51).

Eram movimentos que possuíam solidariedade e grande poder de persuasão, que solicitavam seus direitos em meio ao processo político. Milhares de pessoas, sendo elas jovens, mulheres, trabalhadores e a classe média, que se reuniam para se completarem e solicitarem mudanças políticas, longe da ideia de poder somente estipulado pelo Estado naquela época.

2.2.1 Mobilização de recursos

Em 1970, os movimentos sociais já não conseguiam ser acompanhados pelas teorias que os definiam até então, partindo-se, assim, da inquietação por novas respostas que surgiam com as massas (ALONSO, 2009, p. 51).

Eram pessoas que, justificadas pelas classes sociais e culturas inseridas, ou pelo contexto inserido, buscavam, de acordo com os problemas em comum, lutar por soluções mais justas. A Teoria de Mobilização de Recursos (TMR), criada por McCarthy e Zald em 1977, utiliza da racionalidade para justificar os comportamentos coletivos, dessa forma, aplicou a sociologia nas mobilizações, explicando que dentro dos movimentos sociais existia uma hierarquia que deve ser seguida para que a ideia principal da luta dos movimentos se realize. Demonstrando que, diferente da sociologia, a qual acreditava que os movimentos sociais eram apenas liberação de libido por causa de uma sociedade desigual e injusta, a Teoria de Mobilização de Recursos utilizava a racionalidade como principal combustível para a realização dos movimentos: defendia que estes grupos estavam descontentes e se sentiam privados dos interesses que somente abrangiam a parte alta da hierarquia de classes. Dessa forma, mais importante que identificar os fatores que justificam os movimentos sociais, seria ter a capacidade de explicar o processo de mobilização (ALONSO, 2009, p. 51).

Seria um cálculo entre a demanda e seus custos, ou seja, seria um cálculo racional sobre se valeria a pena os benefícios em relação aos custos. A ação coletiva só se viabilizaria na presença de financiamentos e estrutura, juntamente com ativistas e apoiadores, ou seja, uma coordenação entre os indivíduos e avulsos, isto é, a criação de associações e estruturas comunitárias

CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA POLÍTICA PARA O ENTENDIMENTO DA PARTICIPAÇÃO EM MOVIMENTOS SOCIAIS

serviria de bases organizacionais para os movimentos sociais (ALONSO, 2009, p. 52).

A racionalização plena da atividade política fica clara no argumento da burocratização dos movimentos sociais, que, gradualmente, criariam normas, hierarquia interna e dividiriam o trabalho, especializando os membros, com os líderes como gerentes, administrando recursos e coordenando as ações (MCCARTHY E ZALD, 1997, p. 52).

Podemos destacar que os movimentos sociais se tornavam mais compostos e hierárquicos, surgindo como uma indústria que compete com outros movimentos sociais que possuem a mesma ideia. Nesse sentido, houve grandes brigas internas e a dissolução de grandes grupos, desenvolvendo subunidades em torno da mesma causa (ALONSO, 2009, p. 52).

A Teoria de Mobilização de Recursos (TMR) baseava-se em igualar os movimentos sociais a um fenômeno social, portando as mesmas características que os partidos políticos. Nesse sentido, o argumento do uso da racionalidade se baseia principalmente na organização e nega ideologias ou outros valores que possam comportar o grupo em sua junção. A esquerda não aceitou a comparação entre movimentos sociais e empresas e talvez isso explique a pouca disseminação dessa teoria na Europa e sua quase inexistência na América Latina. Já em seu lugar de criação, os EUA, pode-se notar inúmeros artigos que tiveram impacto imediato nos anos de 1970, sendo publicados nas maiores revistas de sociologia e ciência política. As críticas recebidas também foram volumosas. Insurgindo-se contra teorias excessivamente culturalistas, a TMR foi, então, para no extremo oposto: inflou a faceta racional e estratégica da ação coletiva (ALONSO, 2009, p. 53).

CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA POLÍTICA PARA O ENTENDIMENTO DA PARTICIPAÇÃO EM MOVIMENTOS SOCIAIS

Não há conceito para descrevê-la. Supõe-se a presença de crenças e processos cognitivos na formação da ação coletiva – termos como “lealdade” e “consciência” o denotam – mas não se sabe nada sobre seu *modus operandi* (ALONSO, 2009, p. 53).

Acreditava-se, assim, em uma ação de caráter individual, desprezando a identidade coletiva, entretanto, a teoria preza por uma análise conjuntural, sem vincular movimentos a macro-estruturas ou situá-los em processos de mais longo alcance (ALONSO, 2009, p. 53).

2.2.2. Novos movimentos sociais

A Teoria dos Novos Movimentos Sociais (TNMS) surgiu de questionamentos das explicações deterministas e economicistas da ação coletiva que destruiu as explicações macro-históricas que combinavam a política e a cultura. Ou seja, os movimentos sociais são produtos de intervenções que modificam as estruturas culturais e políticas, buscando igualdade nas “facções locais”. Tiveram seu início nos Estados Unidos, mas logo atingiram o Brasil como trabalho pioneiro que utilizava processos de redemocratização. A especificidade está em produzir uma interpretação efetivamente cultural para os movimentos sociais. Durante o século XX uma mudança macroestrutural pode modificar a contribuição de natureza capitalista, isto é, os movimentos sociais deixaram de ter como principais ideias o trabalho e a indústria. Com a mudança pela qual a sociedade passou, era mandatório que isso também fosse alterado, partindo, então, para novas demandas que a sociedade estava vivenciando (ALONSO, 2009, p. 59).

Após os anos 1960, teriam então se configurado novas ideias sobre os movimentos sociais. Tanto nos Estados Unidos

CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA POLÍTICA PARA O ENTENDIMENTO DA PARTICIPAÇÃO EM MOVIMENTOS SOCIAIS

como na Europa, acreditava-se que era a volta do movimento operário, porém, as mobilizações eram bastantes peculiares. Não se baseavam em classe, mas sobretudo em movimento pelos direitos civis, gênero e estilo de vida. Restava, com isso, o termo “sociedade pós-industrial”, na qual a indústria e o trabalho teriam perdido centralidade e os conflitos diminuíram. A dominação teria se tornado eminentemente cultural feita, por meio das informações pós-materiais. A tecnologia e a cultura passaram a interpenetrarem-se, fazendo com que os conflitos, antes restritos ao plano econômico, avançassem para a vida privada e ganhassem dimensões simbólicas (ALONSO, 2009, p. 60).

2.2.3. Teoria do Processo Político

Nos debates sobre a revolução e o marxismo a respeito das possibilidades de mudança através de movimentos sociais deslocados ao contexto revolucionário da política social, que nasciam junto com a sociedade e estudos de sociologia, surgiam explicações dos eventuais acontecimentos e mudanças dos movimentos sociais. Pode-se notar, então, surgirem teorias contra a ideia de um sujeito universal e contra explicações deterministas e economicistas. Constroem-se contextos macro-históricos e utilizam a política como chave para explicar os movimentos sociais em 1975, estudando a profundidade dos movimentos sociais na França e suas consequências e movimentos na Inglaterra nos séculos XVIII e XIX, bem como a democratização da Itália na segunda metade do século XX. O nome dessa linha construiu uma sociologia política histórica que combina tradição e ambição, tendo como base identificar os mecanismos que organizam os macroprocessos políticos no Ocidente por meio de comparações de casos. De acordo com Alonso (2009, p. 54), “Tilly critica a tradição sociológica por ter segregado o estudo das disputas entre elites da análise dos movimentos populares”.

CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA POLÍTICA PARA O ENTENDIMENTO DA PARTICIPAÇÃO EM MOVIMENTOS SOCIAIS

O conceito de “Estrutura de Oportunidades Políticas” (EOP) diz respeito a grupos insatisfeitos que se organizam para expressar suas reivindicações na sociedade. Eles se formam por contraste durante o próprio processo contencioso, criando novos canais de expressão para grupos que estão fora da política e isso pode contribuir para mudanças na interação política entre o Estado e a sociedade, principalmente a redução de repreensão dos movimentos sociais. Conforme propõe Alonso (2009, p. 57): “Os movimentos sociais seriam, então, uma forma histórica de expressão de reivindicações, que não existiu sempre, nem em toda a parte”.

Até o século XVIII, tivemos vários outros movimentos que reforçavam a ideia de junção entre um grupo com os mesmo ideais e as contribuições para a subjetividade de cada um dentro do contexto social que viviam, entre eles, os movimentos paroquiais, defensivos de direitos e recursos de grupos que eram prejudicados com a paulatina centralização política. Esses movimentos eram movidos por objetivos do que o grupo vivenciava, como a falta de alimento, grandes impostos, resistência para entrar no exército, entre outros. Ocorriam em igrejas, festivais e em mercados. Com o tempo, o repertório acabou sendo exposto a uma bifurcação que deu origem a movimentos sociais que possuíam uma grande escala de violência, mas ainda sendo representativo quando questões políticas eram envolvidas. Em 1830, pode-se falar em novos movimentos de solidariedade, compondo sindicatos e associações que tinham como finalidade ser menos violentos e mais ofensivos para que o efeito pudesse ser reflexo. Logo após a mudança, com a aquisição de mais direitos e maior acesso aos recursos, os termos foram modificando novamente, como eleições, comportamentos do governo, economia, trabalho imposto e a escravidão. Poderíamos dizer, assim, que os grupos estavam tomando não somente a ideia de

CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA POLÍTICA PARA O ENTENDIMENTO DA PARTICIPAÇÃO EM MOVIMENTOS SOCIAIS

movimentos sociais, mas revestindo-se, também, da subjetividade política que se preocupava com a sociedade atual e questionava os poderes nacionais (ALONSO, 2009, p. 57).

Segundo Tilly, Tarrow e McAdam (2001), os agentes eram responsáveis pelo termo “repertório” ao um conjunto de autores que limitavam rotinas que eram aprendidas, compartilhadas e postas por meio de um processo de escolha, ou seja, os agentes começaram a escolher quais movimentos sociais eram mais próximos a sua subjetividade e qual função gostariam de exercer além do processo de rotina já existente (ALONSO, 2009, p. 71).

A Teoria do Processo Político modelou-se para abranger o terrorismo, pois a violência já estava inserida na teoria, esta que já era uma característica da mobilização. Considerada uma forma de ação “contenciosa” por Tilly, Tarrow e McAdam (2001), essas redefinições ampliaram o espectro empírico recoberto pelas teorias, guerrilhas civis e revoluções, encampando conflitos políticos em geral (ALONSO, 2009, p. 71).

Uma crítica frequente à Teoria do Processo Político era sobre o conceito central de estrutura de oportunidades políticas, o qual, por ser pouco explicativo, é acusado de ter representações compartilhadas e atentar pouco para o caráter dinâmico e para a agência envolvida nos processos simbólicos (ALONSO, 2009, p. 72).

Uma convergência mínima entre os enfoques “objetivista” e “subjetivista” se estabeleceu em torno da tese de que os movimentos sociais não surgem pela simples presença de desigualdade, nem resultam diretamente de cálculos de interesses ou de valores (ALONSO, 2009, p. 72).



03

**PSICOLOGIA E
MOVIMENTOS
SOCIAIS:
APROXIMAÇÕES
PSICOPOLÍTICAS**

CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA POLÍTICA PARA O ENTENDIMENTO DA PARTICIPAÇÃO EM MOVIMENTOS SOCIAIS

Sandoval (1989), em seu artigo publicado na Revista *Educação e Sociedade*, pressupõe que os modelos de movimentos sociais no Brasil são diferentes dos que puderam ser estudados na América do Norte e na Europa. Os brasileiros trazem consigo a ideia de movimentos sociais como ganho da identidade, construção da subjetividade e desenvolvimento de valores de cidadania. Isso implica não discriminar os movimentos dentro de uma temática assertiva, como também, citar somente a classe ao participar de um movimento, ou que somente tal movimento é uma contribuição de manifestação. Ou seja, é possível participar de um movimento social indo para a rua, como também, é considerado mobilização quando as pessoas se unem participando de um abaixo-assinado (SALVADOR, 1989, p. 123).

Desse modo, apresenta-se um estudo sobre movimentos sociais nas ciências humanas para explicar o porquê de os brasileiros internalizarem a ideia ou ideal dos movimentos sociais. Segundo o autor, “se aceitarmos que um movimento social é o resultado de centenas ou milhares de decisões individuais, como é que o agregado de decisões individuais se combinam a formar esse movimento?” (SALVADOR, 1989, p. 123).

Para isso, foram sugeridos dois modelos de mobilizações e ações coletivas. O primeiro modelo, chamado de *cumulativo*, assume que a mera existência de interesses materiais similares entre sujeitos é condição para a formação de um movimento social. Entretanto, o modelo não fornecia dados de compreensão das motivações para o indivíduo em deixar de lado a minimização do esforço em benefício da participação e maximização de ganhos, além de não explicar a transição de uma identificação de necessidades (SALVADOR, 1989, p. 123).

O segundo modelo, chamado de *estruturalista*, sugere que pertencer a uma categoria social com interesses próprios é condição suficiente para se gestar a participação coletiva.

CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA POLÍTICA PARA O ENTENDIMENTO DA PARTICIPAÇÃO EM MOVIMENTOS SOCIAIS

O modelo estruturalista tentou responder as deficiências do modelo cumulativo. Porém, os argumentos não ofereceram maiores contribuições para a compreensão, começando pelos processos internos que se tornavam interesses grupais, e da dinâmica de organização e participação em ações coordenadas em defesa dos interesses e, também, da lógica dos processos de mobilização (SALVADOR, 1989, p. 124).

Na tentativa de entrelaçar o indivíduo para o movimento coletivo através de imputar as disposições, ações e orientações manifestas dos grupos envolvidos nos movimentos sociais, o reducionismo do significado macrossocial das ações coletivas tem como o primeiro objetivo minimizar a complexidade da dinâmica interna dos movimentos sociais. Em segundo lugar, relaciona-se com a limitação das análises de “atores,” papel feito por aqueles que interagem ao movimento e outros segmentos. E em terceiro lugar, discorre sobre a visão de movimentos sociais como um ator que mais apoia as campanhas políticas do que partidos políticos e sua trajetória é delineada por um conjunto de processos construídos de envolvimento de pessoas e grupos, por múltiplas negociações com o ambiente social (SALVADOR, 1989, p. 124).

Podemos, também, expor os modelos sociológicos. Esses modelos de estudo dos movimentos sociais têm sido estáticos aos sistemas macrossociais. O que confrontam as classes, as lutas nas esferas distributivas ou produtivas e as lutas entre Estado e povo, que têm sido mais descritivas em torno das relações entre as condições (SALVADOR, 1989, p. 125).

A escassa “dinamicidade” favoreceu nas análises a mistificação do Estado como intransigente, repressor e dominador, e a percepção dos movimentos sociais como coesos representantes dos interesses populares (SALVADOR, 1989, p. 125).

Segundo a proposta neo-reducionista de Tillman Evers (1984), a aplicação do indivíduo consistia em visualizar que o

CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA POLÍTICA PARA O ENTENDIMENTO DA PARTICIPAÇÃO EM MOVIMENTOS SOCIAIS

Estado tinha como oprimir, empreender e manipular a percepção e a necessidade de realizar movimentos sociais, pois, dessa forma, haveria representantes dos interesses populares, o que não é benéfico ao Estado. Através dessa proposta neo-reducionista, o autor sugere que ela é uma prática pré-representada nos indivíduos através dos modos de percepção, crenças, valores e orientações. Logo, dentro dessa estrutura celular da sociedade, haveria novos grupos sociais que guardam suas metas, criando espaços de relações mais solidárias, de consciência menos dirigida pelo mercado, de manifestações culturais menos alienadas ou de valores e crenças básicas (SALVADOR, 1989, p. 126).

Também a socióloga Ilse Scherer-Warren (1987) sugere a importância de compreender os fatores subjetivos para notar o desenvolvimento da identidade dos novos movimentos sociais a partir da existência de duas condições. A primeira condição é o conhecimento das formas em que os povos estão inseridos, ou seja, são as condições financeiras expostas pelo capitalismo. Em segundo lugar, a revolta de uma cultura que oprime a liberdade de expressão e é altamente autoritária e agressiva.

Nesse sentido, os estudos sobre os movimentos sociais puderam ter um espaço composto nas discussões tanto de sociólogos como de psicólogos. Dessa forma, a tradicional rejeição de interpretações psicossociais de fenômenos políticos ganha espaço e pode ser observada na necessidade de voltar a atenção para os processos microssociais, reconhecendo sua necessidade.

A psicologia social deveria ser para a teoria marxista da ideologia o que a microeconomia é para a teoria econômica marxista. Sem um conhecimento sólido sobre os mecanismos que operam a nível individual, as teses marxistas de amplo alcance sobre as macroestruturas e as mudanças de longo prazo são condenadas a permanecer como especulações (ELSTER, 1989, p. 128).

CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA POLÍTICA PARA O ENTENDIMENTO DA PARTICIPAÇÃO EM MOVIMENTOS SOCIAIS

Os interesses dos sociólogos ainda não abordavam fatores que estimulassem pesquisas para facilitar ou obstruir os processos de politização e de participação em movimentos sociais. Por outro lado, é possível constatar que os psicólogos têm grande resistência em incorporar a temática e elaborar questões sobre o comportamento político, mas há sintomas de uma nova tendência, ao pensar sobre a psicologia política e em integrar campos de pesquisa da sociologia e psicologia social (SALVADOR, 1989, p. 128).

Gustav Le Bon (1991) pensa a psicologia política como um campo de conhecimento "interdisciplinar". Com isso, ele sugere que a psicologia política se constitui em campos dinâmicos e abertos à mudança, que se produzem no interstício das possibilidades de produção de saberes e fenômenos coletivos, em que homens e mulheres na sociedade estão marcados pelo símbolo de transformação (CORRÊA; SILVA, 2015, p. 20).

Essa visão leboniana de que a psicologia política seria a ciência do governo ganha mais sentido na atualidade; em um mundo em que, cada vez mais, as políticas públicas ganham um papel mais central na vida dos sujeitos, dos/das cidadão/dãs. (CORRÊA; SILVA, 2015, p. 20).

Os movimentos sociais, a partir da ideia de Gustav Le Bon, constituem-se através de um grupo com demandas previamente parecidas e de acordo com a política que deve ser tomada como ponto de partida para muitas atividades sociais que vão desde escândalos, desconfiança, violência política, entre outros no mundo, e em um país marcado nitidamente pelas desigualdades sociais.

Os movimentos sociais no Brasil começaram a ganhar um enfoque acadêmico em 1965 no curso de Ciências Sociais da Universidade Federal de Minas Gerais. Em 1980, foi proposta a disciplina na Universidade de Brasília, porém, apenas foi firmada

CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA POLÍTICA PARA O ENTENDIMENTO DA PARTICIPAÇÃO EM MOVIMENTOS SOCIAIS

em 2009 nas ciências políticas. Os trabalhos de Victor de Britto (1908) e de Francisco José Oliveira Vianna (1921, 1933, 1949) foram muito importantes para que se assentassem as bases de uma psicologia política brasileira. Também foram importantes a criação de um grupo de trabalho sobre movimentos sociais na Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia em 1981 e o Núcleo de Pesquisa em Psicologia Política e Movimentos Sociais na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) (CORRÊA; SILVA, 2015, p. 23).

Liderado por Salvador Sandoval, o Núcleo de Psicologia Política e Movimentos Sociais da PUC-SP organizou o I Simpósio Nacional de Psicologia Política em maio de 2000 e, como fruto, foi criada a Associação Brasileira de Psicologia Política e a Revista Psicologia Política. Os primeiros resultados das publicações das revistas foram retirados de simpósios e apresentações trabalhadas em artigos científicos que tratavam de temas relevantes para a situação da psicologia política brasileira (CORRÊA; SILVA, 2015, p. 23).

A cada gestão de ABPP e a cada fascículo da RPP vemos claramente o compromisso com a construção de uma Psicologia Política crítica e transformadora e a serviço de uma sociedade justa, na linha do que foi proposto por psicólogos/as políticos/as como Ignacio Martin-Baró, Silvia Lane, Maritza Montero, Ángel Rodríguez Kauth, Graciela Mota, Leoncio Camino e Salvador Sandoval (CORREA; SILVA, 2015, p. 25).

Após analisarem criticamente os aspectos históricos, teóricos e as definições na literatura para entender os alcances e limitações dos movimentos sociais, foi possível entendê-los como um campo interdisciplinar de conhecimento. Tal campo tem como objeto as inconsistências e os interesses que desempenham um importante papel na definição do que vem a ser a psicologia política, dessa forma, ainda precisamos lutar para o reconhecimento e as contribuições teóricas.

CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA POLÍTICA PARA O ENTENDIMENTO DA PARTICIPAÇÃO EM MOVIMENTOS SOCIAIS

O estudo do direito e das políticas públicas como objetos privilegiados da Psicologia Política pode ser entendido pelo fato de que eles impõem/possibilitam aos indivíduos padrões de formas de vivenciar interações sociais marcadas pelas relações de poder e que lhes permitem diferentes formas de ser/estar no mundo, em sociedades complexas (SILVA; CORREA, 2015, p. 26).

Os temas dos movimentos sociais abordam confronto pelas ideologias entre atores coletivos que solicitam seus interesses para o Estado. A psicologia social ressalta sua relação com a transformação das condições sociais e individuais contemporâneas, emancipando quem tem conhecimento sobre as mobilizações em massa, permitindo, assim, um viés crítico de ser e agir, preocupado com os processos históricos e culturais (CORRÊA; SILVA, 2015, p. 26).

Isso posto, podemos observar psicólogos/as políticos/as mostrando os avanços no rumo a uma leitura alternativa e efetiva da Psicologia Política com contribuições que possuem elementos que auxiliam numa compreensão inovadora de fenômenos políticos que afligem o mundo contemporâneo. A Psicologia Política está deslindada no âmbito da interdisciplinaridade, que se faz um método capaz de ter maior alcance, tanto reflexivo quanto interventivamente. O campo pode ser considerado de grande utilidade pública e promotor de benefício na sociedade.

O entrelaçamento da psicologia e a sociologia, dado que o homem é uma dimensão histórica, faz-se presente na manifestação psicológica humana, pois é o homem uma totalidade que transcende seus próprios limites individuais (CORRÊA; SILVA, 2015, p. 26).

Pode-se dizer, a grosso modo, que a Psicologia é em última instância uma representação do fenômeno psicológico; e mais, pode-se dizer que é ela uma representação social, não apenas porque parte dela penetra na consciência coletiva de determinadas formações sociais, como também por ser ela produto do conhecimento (especificamente do conhecimento científico) e este por seu turno constituir-se em produto social (ANTUNES, 1988, p. 32).

CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA POLÍTICA PARA O ENTENDIMENTO DA PARTICIPAÇÃO EM MOVIMENTOS SOCIAIS

Dessa forma, podemos observar a ligação entre o social e o psicológico partindo do princípio de constituição subjetiva e das consequências históricas vivenciadas enquanto sociedade por cada integrante. É possível, assim, produzir questionamentos individuais e coletivos, que estimulam os movimentos sociais e outros tipos de mobilizações, à procura de um bem-estar social, físico e psicológico (ANTUNES, 1988, p.32).

Assim, a Psicologia Social já surge no Brasil, como um negro carvão, eivada de um conhecimento que visa o controle dos comportamentos (de indivíduos, grupos e multidões), a adaptação às estruturas sociais vigentes (manutenção da hegemonia) e acreditando nas desigualdades culturais e o Brasil, até onde eu sei, não era considerado como possuidor de uma cultura superior (BONFIM, 1998, p. 43).

As demandas sociais se alteram de acordo com as solicitações apresentadas, os custos e benefícios que compõem este movimento e as mobilizações são alteradas de acordo com vários fatores, estejam eles nas demandas políticas, nas alterações que deixam a população insatisfeita ou novas demandas surgidas com a nova era tecnológica. Salvador (1989), no texto publicado na *Revista da Associação Brasileira de Psicologia Social*, propõe uma reflexão sobre os custos e benefícios dos participantes das mais variáveis mobilizações e seus ganhos em comparação ao participarem de uma mobilização, ou o que podem perder se não participarem ou por participarem. O autor sugere a óptica psicossocial na análise de movimentos sociais diferentes a abordagens que individualizam a psicologia social. Ademais, o autor detém-se em analisar aqueles determinantes da dinâmica interna e externa que influenciam nas formas de participação que as e pessoas assumem frente às ações coletivas e aos movimentos sociais (SALVADOR, 1989, p. 67).

Os fatores determinantes da participação social são divididos entre os fatores da esfera interna referentes à dinâmica dos agrupamentos envolvidos no movimentos social, como

CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA POLÍTICA PARA O ENTENDIMENTO DA PARTICIPAÇÃO EM MOVIMENTOS SOCIAIS

exemplos, os grupos, as identidades e identificações sociais, interesses e consciência política; e entre os fatores referentes à esfera externa ao movimento social, tais como a estrutura de poder no local e na sociedade, grupos ideológicos, conjuntura e correlação de forças políticas. Entre os mecanismos de controles sociais da esfera interna, Salvador (1989) promove o estudo onde, destacam-se, em primeiro lugar, as noções culturais que utilizam as visões históricas de mundo das pessoas, como os pressupostos sobre a natureza da sociedade e a naturalidade das relações sociais.

a) o pressuposto da naturalidade da estabilidade social; b) o pressuposto da naturalidade da estratificação social; c) o pressuposto da naturalidade da hierarquia social; d) o pressuposto da naturalidade da desigualdade; e) o pressuposto da naturalidade de legitimidade de autoridade; f) o pressuposto da naturalidade da reciprocidade entre as camadas sociais (SANDOVAL, 1989, p. 69).

O segundo aspecto que o autor cita é sobre as restrições da vida cotidiana, que diz que o indivíduo inserido na sociedade recebe aspectos do seu grupo social e dificulta a politização o tempo todo, bem como se envolve nas relações sociais e forma sua consciência sobre a sociedade, a estrutura e a dinâmica da vida cotidiana que se tornam importantes para conseguir compreender os obstáculos à politização.

a) sua fragmentação e heterogeneidade; b) sua hierarquia de valores e critérios sociais; c) sua espontaneidade e imediatismo das decisões; d) seu economicismo e pragmatismo; e) a importância atribuída a confiança, fé e sorte para explicar o desconhecido dos acontecimentos; f) o uso das ultrageneralizações, precedentes, analogias e imitações como formas de definir comportamento em situações novas; g) o uso dos preconceitos e estereótipos para definir pessoas desconhecidas; h) predominância dos papéis sociais para interpretar e interagir em situações conhecidas e desconhecidas (SANDOVAL, 1989, p. 10).

Em terceiro lugar, os fatores demarcadores das fronteiras dos agrupamentos e da comunidade caracterizam a coletividade em termos de localização, as mobilizações por aspectos das

CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA POLÍTICA PARA O ENTENDIMENTO DA PARTICIPAÇÃO EM MOVIMENTOS SOCIAIS

situações sociais inseridas, como, por exemplo, a necessidades de moradia ou trabalho. As demandas dos lugares sugerem padrões e confluências em torno de certos pontos de encontros em função da rotina cotidiana, e separando de outras comunidades por fronteiras, tais como estradas e córregos, de modo que a comunidade adquira sua demarcação física e social.

Em quarto lugar, há os fatores contribuintes da solidariedade entre os membros da coletividade. Esses fatores são classificados em duas categorias: as categorias sociais, que consiste em agrupamentos de pessoas que se distinguem de outros por compartilhar os mesmos critérios ou atributos, e as categorias de redes sociais, que se consistem de dois elementos: uma certa variedade de relações sociais e os conjuntos de indivíduos interligados de forma direta ou indiretamente, dessa forma, as redes são ligadas de maneira afetiva e funcionam através de laços interpessoais.

O quinto fator está relacionado à vida organizativa, que tem a combinação de categorias sociais que expressam a noção de grupo. A combinação de categorias sociais com redes sociais expressa a noção de grupo no sentido de sua coesão social, de convencer a comunidade sem necessariamente impor como o Estado impõe algo para a sociedade comum. Quanto maior a identificação interna e as redes internas, como escolas, postos de saúde, entre outros, mais o grupo se desenvolve com finalidade de mobilizar recursos para atingir coletivamente alguma meta de interesse mútuo. Por exemplo: se as escolas de certa cidade precisam de professores, elas se mobilizam até que a prefeitura ou o Estado forneçam esses professores.

E, por último e sexto fator, segue o repertório de ações coletivas, estas que sugerem o acervo de experiências em mobilizar recursos e agir coletivamente, e o valor para cada mobilização atribuída, a participação em movimentos sociais é um

**CONTRIBUIÇÕES
DA PSICOLOGIA
POLÍTICA PARA
O ENTENDIMENTO
DA PARTICIPAÇÃO
EM MOVIMENTOS
SOCIAIS**

processo de aprendizagem política em que indivíduos e grupos aprendem a se organizar, mobilizar recursos e traçar formas de ações coletivas para obter benefícios dos detentores do poder.



04

**PSICOLOGIA E
PARTICIPAÇÃO
POLÍTICA EM
MOVIMENTOS
SOCIAIS**

4.1. Ignacio Martin-Baró

A psicologia política para Martin-Baró (1990) está resumida em duas vertentes que, com frequência, são confundidas e que devem ser analisadas separadamente: a política da psicologia, que se aplica no impacto que a psicologia tem como atividade científica e profissional e seus resultados na sociedade; e a psicologia da política, que tem como finalidade a análise e a intervenção psicológica nos processos e comportamentos políticos que existem em uma sociedade. A política da psicologia latino-americana tem impacto sobre o ordenamento de uma sociedade que controla o reconhecimento e o status ao profissional da psicologia, fazer dos psicólogos uma contribuição para o equilíbrio de forças que se dá em uma sociedade.

Este efeito configurador da sociedade, este poder social e, por que não dizer, político da psicologia é o que conhecemos como a política da psicologia, a qual busca, ao menos implicitamente, examinar o papel do psicólogo (MARTÍN-BARÓ, 1990, p. 556).

Martín-Baró (1990) ainda questiona sobre o posicionamento dos psicólogos, exclamando que a maioria não considera que a militância política deve ser o critério para a atividade científica e dos próprios afazeres da psicologia. Atrai a atenção para a postura por parte da sociologia do conhecimento, a qual define que todo o saber fazer está condicionado pelas circunstâncias em que ocorre e pelas forças sociais, ou seja, deve existir dentro da psicologia uma política de interesses sociais eminentes, bem como as explicações para as forças sociais que os produzem. Isso nos leva, conseqüentemente, aos movimentos sociais e suas avaliações históricas da política da psicologia e suas contribuições.

Com relação aos problemas teóricos, deve-se enfatizar a falta de uma teoria que componha as relações de forma grupal, visando seus benefícios direta e indiretamente. Também como

CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA POLÍTICA PARA O ENTENDIMENTO DA PARTICIPAÇÃO EM MOVIMENTOS SOCIAIS

deve ser reconhecido o esforço da América Latina às contribuições constituídas pela intersubjetividade, ou seja, a estruturação coletiva e suas interações. Quando os sujeitos criam e vivenciam os significados e trocam experiências, a psicologia deve analisar em que momento começa essa comunicação em massa, isto é, analisar a possibilidade de comunicação, as relações entre o público e o privado, e o que diferencia algo público de algo privado e impossibilita a vida social de outras alternativas. Podendo promover processos de politização, ou seja, de conversão do privado para o público, do incomunicável em comunicável, ampliando, assim, as alternativas sociais (MARTÍN-BARÓ, 1990, p. 562).

O principal problema enfrentado por uma boa teoria em psicologia política é a necessidade de vincular as estruturas macrosociais aos modelos microsociais, não é raro que os trabalhos tropecem nesta armadilha e realizem saltos, sem continuidade, das definições estruturais para as operações comportamentais, isto é, não há elaboração das mediações concretas e dialéticas entre um polo e outro (MARTÍN-BARÓ, 1988, p. 563).

Nos problemas metodológicos, podemos encontrar o positivismo fortemente aplicado como pressupostos às explicações que estão envolvidas ao desenho da pesquisa sobre os movimentos sociais, operalizando hipóteses ou perguntas no desenvolvimento instrumental. A alternativa mais valiosa oferecida ao positivismo foi a “pesquisa-ação”, a qual insere o sujeito e rompe a dualidade de sujeito-objeto, aplicando a construção e o conhecimento da verdade de forma dinâmica no processo histórico. Por último, os problemas de aplicação residem no compromisso axiológico do profissional que se envolve como psicólogo na atividade política concreta (MARTÍN-BARÓ, 1990, p. 564).

Os desafios que encontramos pelo caminho da psicologia política estão envoltos em torná-la uma disciplina científica e

CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA POLÍTICA PARA O ENTENDIMENTO DA PARTICIPAÇÃO EM MOVIMENTOS SOCIAIS

profissional, com o propósito de levar para o psicólogo a clara consciência sobre suas repercussões políticas bem como, a de levar ao profissional o fazer político, ou seja, a consciência sobre a sua dimensão psicológica. Martín-Baró (1988) cita que o cultivo dessa disciplina pode acarretar problemas, pelo menos para aqueles profissionais da área da psicologia que não a colocam a serviço do poder estabelecido, tal como fazem aquelas que colaboram na elaboração e realização das estratégias contrain-surgentes da guerra psicológica.

Se os psicólogos latino-americanos contribuem ou não para a formação da psicologia política, é importante saber que isso marcará o futuro da psicologia e está vinculado à integralidade da libertação a ser conquistada e da qualidade humana da palavra coletiva que nossos povos pronunciam. Não somente está relacionado ao desafio e, sim, a uma responsabilidade histórica com a psicologia política latino-americana (MARTÍN-BARÓ, 1900, p. 571).

4.2. Salvador Sandoval

O termo conscientização, de acordo com Sandoval (1989), está relacionado ao pensar político construído através de vivências sociais, e trás para o foco a conscientização como processo pelo qual os indivíduos alteram suas consciências frente aos acontecimentos das realidades vividas por eles.

Por consciência política entendemos um conjunto de dimensões sócio-psicológicas inter relacionadas de significados e informações, que permite aos indivíduos tomar decisões para a melhor agir dentro de contextos políticos e situações específicas dadas (SANDOVAL, 1989, p. 200).

CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA POLÍTICA PARA O ENTENDIMENTO DA PARTICIPAÇÃO EM MOVIMENTOS SOCIAIS

O modelo de consciência política está formado por sete dimensões: identidade coletiva; crenças e expectativas societárias; sentimentos de interesses coletivos e seus adversários; eficácia política; sentimentos de injustiça; vontade de agir coletivamente; propósitos persuasivos de ação.

Identidade Coletiva é a primeira dimensão e está relacionada aos sentimentos de uma pessoa de pertinência ou identificação com um ou mais grupos sociais e categorias sociais. Sandoval (1898) relata que, desde o anos 1950, a pesquisa em psicologia política estabeleceu a importância da identificação partidária para explicar o comportamento de votar e, no caso do Brasil, a identificação partidária continua a desempenhar um papel importante na determinação do comportamento eleitoral. Na área da teoria do movimento social, os estudiosos têm gradualmente compreendido que os processos de identificação grupal também desempenham um papel importante na determinação do movimento social (STRYKER, OWENS, WHITE, 2000; HARDIN, 1995). Os sociólogos que estudam os movimento sociais têm reconhecido uma necessidade de algum componente sócio-psicológico na interpretação da participação da ação coletiva. Muitos continuam a trabalhar com modelos rudimentares de consciência política, perdendo a riqueza analítica que a pesquisa sócio-psicológica revelou. Com uso indiscriminado do termo “identidade” por certos estudiosos, as especificidades do sentimento de pertinência perdem seu poder analítico, na medida em que ele se torna virtualmente sinônimo tanto da representação coletiva que os participantes fazem do movimentos quanto da imagem pública dos líderes do movimento (SANDOVAL, 1989, p. 203).

Para explicar o modelo de Consciência Política, o autor prefere escolher compreender a identidade coletiva como primeira dimensão, no sentido mais restrito da dimensão da

CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA POLÍTICA PARA O ENTENDIMENTO DA PARTICIPAÇÃO EM MOVIMENTOS SOCIAIS

Consciência Política, que se refere à forma como os indivíduos estabelecem uma identificação psicológica de interesses e sentimentos de solidariedade e pertinência para com grupos específicos que constituem os atores coletivos no cenário político.

A segunda dimensão está relacionada às crenças, aos valores e às expectativas que uma pessoa desenvolve com respeito à sua sociedade e que expressam mais explicitamente as noções de ideologia política na visão de mundo do indivíduo. Elas variam desde os significados que as pessoas dão para a estrutura social e as instituições até sua inserção nelas em termos de relações políticas entre as categorias sociais e as intenções das pessoas que incluem aquelas categorias sociais. Essas concepções são criadas por vivências e experiências em grupos, instituições e contextos ao viver numa sociedade, o que desenvolve os aspectos de inclusão e exclusão, pertinência e não pertinência e dos grupos que contribuem para a estruturação da vida social (SANDOVAL, 1989, p. 203).

O terceiro aspecto da estrutura do Modelo de Consciência Política está relacionado a interesses coletivos e adversários antagônicos. Essa dimensão consiste em sentimentos coletivos de interesse partilhado e como tais interesses se contrapõem a de outros grupos (SANDOVAL, 1989, p. 204).

A quarta dimensão é a eficácia política pela qual entendemos os sentimentos sobre a capacidade de intervir numa situação política. São indivíduos que localizam a causalidade social nesses tipos de forças. Nesse caso, o sentimento de eficácia é geralmente baixo, na medida em que eles acreditam que há pouco a ganhar com suas ações, em face de forças naturais transcendentais, ou seja, a pessoa acredita que a causalidade social é o resultado da própria capacidade e determinação de lidar com uma situação específica (SANDOVAL, 1989, p. 205).

CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA POLÍTICA PARA O ENTENDIMENTO DA PARTICIPAÇÃO EM MOVIMENTOS SOCIAIS

A quinta dimensão está atribuída aos sentimentos de justiça e injustiça da pessoa, sentimento esse que se refere à maneira como ela enxerga qualquer arranjo social em termos do que esse arranjo representa de forma recíproca, e o que o indivíduo considera justo ou injusto. O que torna os indivíduos conscientizados de que esse é o sentimento de reciprocidade entre as obrigações e recompensas e torna-os conscientes para perceber o sentimento de injustiça. Esse sentimento que se refere às noções de que os movimentos sociais são prova contra um estado injusto de dada situação (SANDOVAL, 1989, p. 206).

A sexta dimensão está relacionada à vontade de agir coletivamente, que se refere a ações coletivas como uma maneira de reparar as injustiças cometidas contra o indivíduo. Essa dimensão conta com três aspectos de situações que condicionam a participação coletiva: refere-se, inicialmente, aos custos e benefícios atribuídos às lealdades e laços interpessoais que são afetados pela participação ou não participação no movimento; o segundo está relacionado aos ganhos ou perdas de benefícios materiais percebidos como resultado de envolvimento no movimento social; o terceiro, e último, refere-se aos riscos físicos percebidos no engajamento em ações coletivas, dadas a situação específica, ou seja, a avaliação do indivíduo da capacidade da organização do movimento para implementar as ações coletivas propostas (SANDOVAL, 1989, p. 207).

A sétima e última dimensão está relacionada ao grau em que os participantes percebem uma correspondência entre os objetivos do movimento social, à medida em que eles sentem que os objetivos e propostas do movimento social e sua liderança combinam com seus próprios interesses materiais e simbólicos, buscando justiça contra o adversário percebido dentro do objetivo de seus próprios sentimentos de eficácia num dado momento. Em conjunto com as outras dimensões da

CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA POLÍTICA PARA O ENTENDIMENTO DA PARTICIPAÇÃO EM MOVIMENTOS SOCIAIS

consciência política, afeta as percepções das características da organização do movimento para construir uma predisposição psicopolítica para agir coletivamente (SANDOVAL, 1989, p. 208).

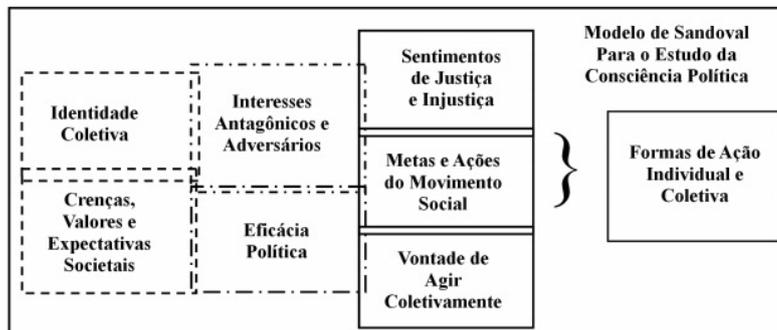


FIGURA 1: modelo analítico de consciência política

Fonte: Sandoval. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/ciencias_sociais/article/viewFile/csu.2015.51.2.06/4790>.

“De uma perspectiva político-psicológica, o neoliberalismo produziu uma mudança significativa na consciência política da classe trabalhadora” (SANDOVAL, 1989, p. 209).

Enquanto no Brasil, nos anos de 1980, o movimento sindical foi bem sucedido ao forjar uma forte identidade coletiva da classe trabalhadora, no final dos anos 1990, constatou-se que a identidade coletiva dos trabalhadores foi fragmentada de várias maneiras: a primeira ocorreu nas mudanças no processo de produção, que permitiram que os empregadores e o governo induzissem uma diferenciação na identidade, ao enfatizar as diferenças na qualificação, habilidade e educação. Logo após investimentos ocorrem nos maiores centros industriais, sendo eles São Paulo e as regiões ABC (Santo André, São Bernardo e São Caetano), Belo Horizonte, no estado de Minas Gerais, e em São Sebastião do Rio de Janeiro, a diferenciação da identidade também ocorreu dentro das próprias categorias ocupacionais. Isso implica que a diferenciação de identidade dá-se

CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA POLÍTICA PARA O ENTENDIMENTO DA PARTICIPAÇÃO EM MOVIMENTOS SOCIAIS

na medida em que um grupo ocupacional confronta outro grupo ocupacional. Por exemplo, quando trabalhadores autônomos competem contra o trabalhador industrial empregado (SANDOVAL, 1989, p. 210).

Ainda outra forma de fragmentação da identidade e dos interesses coletivos da classe trabalhadora foi a crescente diferenciação realizada entre o trabalhador afortunado, que foi poupado da perda do emprego, em oposição a muitos outros que foram colocados fora do mercado de trabalho pelas mudanças na economia e/ou pela inovação tecnológica (SANDOVAL, 1989, p. 210).

A identidade coletiva dos trabalhadores também sofreu com o conflito entre facções políticas dentro do movimento sindical, em termos da competição entre as duas centrais trabalhistas nacionais, a CUT e a Força Sindical. Através de uma perspectiva de identidade coletiva, constava-se que havia amplos motivos para acreditar que os sentimentos dos trabalhadores de pertinência a uma única categoria social tinha enfraquecido-se (SANDOVAL, 1989, p. 211).

Assim, os trabalhadores gravitaram para um nível de crenças e expectativas mais individualizado, enquanto deixavam para um segundo plano suas crenças mais coletivas, que predominaram numa consciência de classe de tempos anteriores (SANDOVAL, 1989, p. 211).

Dessa forma, os fragmentos de identidade coletiva e crenças societárias fizeram com que os trabalhadores tornaram-se mais individualistas, ao passo que os sentimentos formaram-se mais ambíguos e incertos. Ao ver seus interesses como coletivos e contrapostos aos dos empregadores e do governo, a complexidade dos desafios da classe trabalhadora e a inabilidade dos sindicatos em responder a esses desafios criaram a percepção de que os interesses dos trabalhadores se tornavam mais vagos, favorecendo uma visão multifacetada. Isso se acentuou posteriormente, na medida em que tanto os empregadores quanto o governo se isentaram de qualquer responsabilidade de colocarem as forças históricas externas

CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA POLÍTICA PARA O ENTENDIMENTO DA PARTICIPAÇÃO EM MOVIMENTOS SOCIAIS

de globalização e as exigências do neoliberalismo como a causa das dificuldades dos trabalhadores. Muitos trabalhadores passaram a acreditar que a causa para as consequências de reestruturação econômica estava relacionada àquelas ondas internacionais de neoliberalismo e globalização, portanto, transcendiam sua capacidade de resistir coletivamente ao que era aparentemente inevitável. Assim, o sentimento de eficácia política desses trabalhadores foi abalado, na medida em que acreditassem que o neoliberalismo e a globalização eram processos históricos inevitáveis (SANDOVAL, 1989, p. 212).

Por conseguinte, foram induzidos a tolerar a injustiça e a separar interesses sociais e econômicos da adversidade política. Naquele momento histórico, os trabalhadores brasileiros achavam que os parâmetros de solidariedade não eram claros, que as opções por resistência coletivas eram aparentemente ineficientes, bem como os movimentos sociais e as organizações sindicais que prepararam suas lideranças e estratégias. O autor enfatiza que enquanto as soluções sindicais de curto prazo abriam caminho para um ataque violento das estratégias capitalistas, vigorosas e deliberadas na abertura de mercados e nas investidas para enfraquecer os sindicatos e reduzir as suas conquistas, a passividade coletiva, somada à aparente falta de alternativas coletivas, refletiu as mudanças profundas na consciência política dos trabalhadores brasileiros.

4.3. Bert Klandermans

Primeiramente, o autor utiliza duas dimensões para classificar a participação das pessoas em movimentos sociais: tempo e esforço. Na dimensão tempo, utilizaremos dois subtipos que são o tempo limitado e tempo ilimitado. Podemos utilizar como exemplo no tempo limitado: dar dinheiro, assinar alguma

CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA POLÍTICA PARA O ENTENDIMENTO DA PARTICIPAÇÃO EM MOVIMENTOS SOCIAIS

petição, bem como as manifestações pacíficas; e no tempo ilimitado: pagar uma taxa mensal, ou frequentar uma manifestação pacífica duas noites ao mês.

A dimensão “esforço” está dividida em baixo ou alto. O baixo está vinculado a frequentar manifestação pacífica, manifestação não autorizadas e graves. Por outro lado, o esforço alto está relacionado a ser membro de Comitê ou realizar um trabalho voluntário. Klandermans (2001) também cita sobre a participação indefinida, isto é, uma participação eventualmente contributiva a alguma movimento ou ideia.

O autor faz distinção de três tipos de protesto: pacifista, militante e violento, explicando a aplicação de esforços dos participantes e seu impacto em seu alvo, criando, assim, uma instrumento para medir a participação. Isto é, “do ponto de vista da psicologia social, tais taxonomias são relevantes, pois é esperado que diferentes formas de participação envolvam dinâmicas motivacionais significativamente diferentes” (KLANDERMANS, 2001, p. 129).

Segundo Klandermans (2001), os autores Marwell e Oliver (1993) introduziram a distinção entre as funções produtivas desacelerativas e acelerativas no domínio do movimento social. A função produtiva descreve o quanto cada participante adicional acrescenta à possibilidade de que o bem coletivo venha a ser produzido. A função desacelerativa está relacionada à diferença que cada novo participante traz, ou seja, formas de ações que aderem a essa lógica tendem a ter um ponto de corte, por exemplo, membros de conselho de administração de diretores de um movimento organizado, em que cerca de 10 a 15 pessoas são necessárias, mas um número superior a esse pode ser contraproducente (KLANDERMANS, 2001, p. 131).

Já a função produtiva acelerativa está relacionada à diferença que cada participante adicional aumenta nas chances de

CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA POLÍTICA PARA O ENTENDIMENTO DA PARTICIPAÇÃO EM MOVIMENTOS SOCIAIS

sucessos. Por exemplo, nas formas coletivas de ações de curta duração, antes do limite ser atingido, participantes adicionais acrescentam muito pouco, mas após ultrapassar tal limite, o valor adicionado a cada nova participação cresce rapidamente. Nesse sentido, “não é incomum que formas de ação que sigam padrões produtivos acelerativos transformem-se em desacelerativos em algum ponto, resultando em uma curva em “S”” (KLANDERMANS, 2001, p. 131).

Segue o exemplo da greve em uma companhia com porte de 1000 trabalhadores. Não fará muita diferença se 50 ou 100 pararem por razão da greve, pois a ação será um fracasso de qualquer forma, mas, se um número expressivo como 300 trabalhadores pararem, cada novo funcionário que aderir à greve aumentará as possibilidades de seu sucesso (KLANDERMANS, 2001, p. 131).

Desse modo, a participação em movimentos sociais no decorrer da vida está associada aos processos de socialização que tornam uma pessoa apta biograficamente e mentalmente disponível à participação (KLANDERMANS, 2001, p. 133).

Em vez de responder o que faz de diferente um participante desta ação coletiva específica, em comparação a um não participante, a questão a responder é como a participação nesta ação coletiva específica encaixa-se na história desse indivíduo específico (KLANDERMANS, 2001, p. 133).

Na tentativa de compreender a ação recíproca entre socialização, mobilização e o contexto político e social, Klandermans (2001), utilizou-se os conceitos de contingência, continuidade biográfica e conversão.

“Contingência” diz respeito à história de vida de uma pessoa, do potencial de participar de um movimento social, como foi desenvolvido com o passar do tempo, e um evento que transformou aquele potencial em uma participação real.

CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA POLÍTICA PARA O ENTENDIMENTO DA PARTICIPAÇÃO EM MOVIMENTOS SOCIAIS

Em “Continuidade Biográfica” descreve-se uma história de vida pela qual a participação surge como resultado lógico da socialização política da pessoa durante a juventude. E, por último, a “Conversão” que, por outro lado, descreve a história de vida por meio da qual a participação implica na mudança de opinião de pessoa.

O autor salienta que o primeiro tópico, a Participação Sustentada, escrito em *The Social Psychology of Protest* no Oxford em 1997, a, é algo surpreendente, pois existem poucos estudos sobre esses participantes em movimentos sociais, e são esses participantes que dão durabilidade ao processo de mobilização, como o exemplo dos simpatizantes. Esses são formados por pessoas que, na maior parte do tempo, fazem pouco pela causa, mas de alguma forma servem de apoio. Já os apoiadores ativos estão empenhados em se mobilizar de forma regular. Por último, os ativistas centrais compõem o movimento em marcha diariamente e são os responsáveis pela flutuação que se expande ou se contrai por conta de apoiadores ativos e ocasionais a serem mobilizados ou não.

Klandermans (1997) sugere que a verdadeira questão da participação sustentada é o Comprometimento. Esse conceito tem raízes nos campos da psicologia organizacional e da psicologia social dos participantes de sindicatos. O autor relata que estudos feitos por Allen e Meyer em 1990 puderem identificar três temas distintos na definição de comprometimentos, estes formados por afetivo, de continuidade e comprometimento normativo. O afetivo busca entender que o comprometimento é como um apego afetivo para com a organização, enquanto o de continuidade está relacionado a um custo percebido associado com deixar a organização e, por último, o comprometimento normativo como uma obrigação para continuar na organização (KLANDERMANS, 2001, p. 137).

CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA POLÍTICA PARA O ENTENDIMENTO DA PARTICIPAÇÃO EM MOVIMENTOS SOCIAIS

O comprometimento com o movimento não dura por si só. Ele deve ser mantido por meio de interações com o movimento organizado, e qualquer medida que faça essa interação mais gratificante ajuda a manter o comprometimento (KLANDERMANS, 2001, p. 138).

A respeito dos *esforços*, é incomum para um movimento organizado ser incapaz de impedir os participantes de deixarem a organização se eles estiverem determinados em fazê-lo, pela rotatividade ser alta, manter o foco é essencial para a continuação do movimento. Às vezes, os sentimentos de gratificação insuficiente combinam com a ausência de comprometimento, ocorrendo o desengajamento nas mobilizações. Segundo o autor, o descontentamento não é condição suficiente, pois o comprometimento com o movimento deve também decair, isso faz parte e desperta a questão sobre a causa que estão lutando e a gratificação quando é insuficiente (KLANDERMANS, 2001, p. 139).

A dinâmica da participação em movimentos sociais apresenta uma ação política organizada por um movimento social o qual representa o sucesso da mobilização, um processo que só deu certo porque existe a demanda e a oferta consigo (KLANDERMANS, 2001, p. 140).

Se proporções substanciais da população são prejudicadas, e se os movimentos organizados evocam ações coletivas para dar voz a essas queixas, um movimento massivo de protesto deverá se desenvolver (KLANDERMANS, 2001, p. 140).

Dessa maneira, uma contabilidade acerca da dinâmica psicossocial da participação em movimentos sociais necessariamente engloba uma discussão sobre a formação da queixa (o lado da demanda da participação), o repertório de ações e características do movimento organizado (o lado da oferta de participação) e da mobilização como o processo que une a demanda e a oferta (KLANDERMANS, 2001, p. 140).

Klandermans (1984) foi o primeiro autor a dividir as mobilizações em mobilização-consenso e mobilização-ação.

CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA POLÍTICA PARA O ENTENDIMENTO DA PARTICIPAÇÃO EM MOVIMENTOS SOCIAIS

A mobilização-consenso está relacionada à disseminação das visões do movimento organizado que adotaram a visão do movimento dos participantes, ou seja, a mobilização-consenso pode ser encontrada, segundo o autor, no estudo de Walgrave e Manssens (2000) sobre a Marcha Branca em Bruxelas. Em resposta ao fracasso do governo em lidar com os sequestros e assassinatos realizados por Dutroux², os autores demonstram que a mídia de massa cumpriu em papel crucial na mobilização do consenso sobre o assunto.

Já a mobilização-ação refere-se à transformação daqueles que adotaram a visão do movimento dos participantes, dessa forma, ela é restringida pelos resultados da mobilização-ação, como Klandermans (1997) demonstrou em seus próprios trabalhos. As tentativas de mobilização-ação estão relacionadas a concentrar-se em pessoas com uma disposição comportamental de participar (KLANDERMANS, 2001, p. 141).

O autor dividiu em quatro partes a mobilização-ação, cada passo aproxima mais a oferta e demanda imposta. O primeiro passo está relacionado aos resultados da mobilização-consenso, este que distingue o público em geral entre aqueles que simpatizam com a causa e aqueles que não simpatizam, ou seja, quanto mais bem sucedida a mobilização-consenso for, maior será o grupo de simpatizantes que poderá ser extraído. O segundo passo está relacionado à divisão dos participantes entre aqueles que têm sido alvos de tentativas de mobilização

2. Dutroux foi declarado culpado por três assassinatos, pelo sequestro e estupro de seis meninas belgas e por abusos contra três jovens eslovacas. O clamor popular provocado pelo caso desembocou dois meses depois na histórica "Marcha Branca", uma manifestação sem precedentes na Bélgica. Mais de 300 mil pessoas se reuniram em silêncio em Bruxelas para denunciar as atrocidades cometidas por Dutroux e exigir uma profunda mudança da legislação. Essa mudança foi exigida com maior insistência em 23 de abril de 1998, quando Dutroux pôs o país em alerta durante mais de três horas ao escapar da polícia. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/ultnot/efe/2004/06/22/ult1807u6928.jhtm>>. Acesso em: 30 Ago. 2017.

CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA POLÍTICA PARA O ENTENDIMENTO DA PARTICIPAÇÃO EM MOVIMENTOS SOCIAIS

e aqueles que não têm, de modo que também é possível distinguir diferenças qualitativas e quantitativas na segmentação. O terceiro passo diz a respeito ao centro psicossocial, este o mais importante em nosso estudo, pois diz a respeito à divisão dos simpatizantes que foram alvos entre aqueles que estão motivados a participar em uma dada ação e aqueles que não estão. Ou seja, estão dentro do grupo, porém, suas mobilizações vão de acordo com seu nível de interesse e motivação disponível (KLANDERMANS, 2001, p. 142).

O último e quarto passo estão relacionados à diferenciação das pessoas que estão motivadas entre aquelas que acabam efetivamente a participar e aquelas que não participam, isto é, que são motivados e que compram a ideia, mas na hora da mobilização, recusam-se ou não participam. Com isso, “O resultado líquido desses diferentes passos é que é somente uma parcela (normalmente pequena) do público em geral que participa das ações coletivas” (KLANDERMANS, 2001, p.143).

Dessa forma, o autor ilustra quatro importantes questões que estão relacionadas aos passos subsequentes: 1) As causas do movimento aderem às preocupações dos cidadãos? 2) A rede do movimento está ligada à rede dos indivíduos? 3) A atividade pela qual o movimento está se organizando é atraente aos cidadãos? 4) O movimento está apto a eliminar qualquer barreira restante para o cidadão?

Como mais importantes para os nossos estudos, psicossocialmente, evidenciamos a primeira questão, composta como: “As causas do movimento aderem às preocupações dos cidadãos”? E a terceira, “A atividade pela qual o movimento está se organizando é atraente aos cidadãos?”. Klandermans (2001) sugere que quanto mais forte a motivação de um indivíduo, mais provável que ela supere as últimas barreiras. Desse modo, explica que os amigos cumprem um papel importante a esse

CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA POLÍTICA PARA O ENTENDIMENTO DA PARTICIPAÇÃO EM MOVIMENTOS SOCIAIS

respeito, pois, da mesma forma em que seus amigos fazem você se manter em uma promessa, estão relacionadas ao bem-estar da ideia do benefício do movimento social (KLANDERMANS, 2001, p. 143).

A segunda questão está relacionada às redes. Segundo Klandermans (2001), as redes são condutores de todo o tipo de informação que é processada durante as mobilizações. Hoje em dia, com os *smartphones* e acesso fácil à internet e outros meios de comunicação, apropriar-se de alguma opinião ou descobrir mais sobre tal movimento e suas finalidades se tornam muito mais acessíveis.

No presente artigo escrito por Klandermans (2001) são questionadas as causas de um movimento e suas atividades e por que atraem os cidadãos, e distinguem por meio de três razões fundamentais pelas quais a participação em movimentos pode ser atrativas às pessoas: as pessoas que podem querer mudar as circunstâncias atuais, podem querer atuar como membros de seus grupos ou podem querer dar significado ao seu mundo e expressar suas visões e sentimentos. Sugerem, então, que estes motivos contam como funcionam a demanda por ações políticas coletivas na sociedade.

Os movimentos sociais podem suprir a necessidade de preencher essas demandas, e quanto melhor fizerem isso, mais a participação em movimentos se tornará uma experiência satisfatória (KLANDERMANS, 2001, p. 144).

A transação de demanda e oferta está dividida em três atalhos: *a instrumentalidade, a identidade e a ideologia*. A instrumentalidade está relacionada à participação em movimentos como uma tentativa de influenciar o ambiente social e político. A identidade refere-se à participação em movimentos como uma manifestação da identificação com um grupo. E, por último, a ideologia refere-se à participação em movimentos como uma

CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA POLÍTICA PARA O ENTENDIMENTO DA PARTICIPAÇÃO EM MOVIMENTOS SOCIAIS

busca por significado e uma expressão das visões de um indivíduo (KLANDERMANS, 2001, p. 144).

Para Tarrow (1998) e Klandermans (1997), a instrumentalidade está relacionada à mobilização de recursos e às teorias do processo político dos movimentos sociais e, no nível psicológico, às teorias da escolha racional e à teoria da expectativa-valor. A identidade relaciona-se à abordagem sociológica que enfatiza o componente da identidade coletiva da participação em movimentos sociais e a teoria da identidade psicossocial. A ideologia relaciona-se às abordagens na literatura sobre movimentos sociais que têm por foco cultura, significado, narrativas, raciocínio moral e emoções. Relaciona-se, também, à psicologia, com as teorias de cognição social e emocional. Por exemplo, uma forte interação entre a identificação ou a ideologia deverá, portanto, alterar os cálculos de custo-benefício (KLANDERMANS, 2001, p. 145).

A partir de estudos da demanda coletiva através destes três passos, que explicam os participantes das ações e a demanda que está aumentando com o passar do tempo, assim, sugere que a ação política coletiva tornou-se mais comum nas últimas décadas. Segundo Marwell e Oliver (1993), a Instrumentalidade é a demanda por mudança que começa com a insatisfação, seja pela experiência da desigualdade ilegítima, sentimentos de relativa privação, sentimentos de injustiça, indignação moral sobre algum estado de coisas ou uma queixa surgida de forma repentina.

A despeito do fato de que as queixas são as raízes das ações política coletiva, elas não apareceram de modo significativo na literatura sobre os movimentos sociais até os anos 1970 (KLANDERMANS, 2001, p. 147.)

A teoria da mobilização de recursos e a teoria do processo político são as abordagens que dominaram o campo nesta década de 1970. Elas têm tomado como ponto de partida que

CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA POLÍTICA PARA O ENTENDIMENTO DA PARTICIPAÇÃO EM MOVIMENTOS SOCIAIS

as queixas que são ubíquas e questão-chave na participação em movimentos. Todavia, não é tanto a que estão relacionadas, mas ao porquê as pessoas se queixam, e o por que essas pessoas queixosas participam. Entretanto, as abordagens dos movimentos são datadas do século XIX e tentaram retratar a participação em movimentos como algo irracional (LE BON, 1960; HOFFER, 1951; KORNHAUSER, 1959). Com isso, acadêmicos relacionados aos movimentos sociais começaram a enfatizar a característica instrumental da participação em movimentos.

A participação em movimentos não foi mais retratada como um comportamento originado do ressentimento de indivíduos isolados, como uma reação agressiva à frustração ou como políticas da impaciência, mas como políticas com outros significados (KLANDERMANS, 2001, p. 147).

De acordo com os autores McCarthy e Zald (1976) e Obershall (1982), a participação em movimentos é tão racional ou irracional quanto qualquer outro comportamento. Os participantes de movimentos sociais são pessoas que acreditam que podem mudar o ambiente político em que vivem em seu próprio favor, e o paradigma da instrumentalidade sustenta que seu comportamento é controlado pela percepção de custos e benefícios da participação tomada .

Simon (1998, 1999) descreveu de forma sucinta a identidade como um lugar na sociedade. Além disso, o fato de a identidade ocupar um lugar na sociedade pode fazer com que o se participe de mobilizações ou não. Esses lugares ocupados, como estudantes, desempregados, donas de casa ou jogadores de futebol, políticos e até fazendeiros, fazem com que tenham um pequeno grupo, que são ocupados, às vezes, por poucas pessoas e, em outras, por muitas. Todos esses diferentes papéis e posições que uma pessoa ocupa formam sua identidade social. Ou seja, ao mesmo tempo, todo o lugar que uma pessoa ocupa é compartilhado com outras. Isso significa que a

CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA POLÍTICA PARA O ENTENDIMENTO DA PARTICIPAÇÃO EM MOVIMENTOS SOCIAIS

identidade pessoal torna-se compartilhada com outras pessoas e se transforma em identidade coletiva.

Identidade coletiva é um lugar compartilhado com outras pessoas. Isso implica que identidades pessoais são sempre, ao mesmo tempo, identidades coletivas. A identidade pessoal é geral, e refere-se a uma variedade de lugares na sociedade, enquanto a identidade coletiva é específica, e refere-se a um local específico (KLANDERMANS, 2001, p. 150).

Uma possível hipótese sobre a identidade coletiva e a participação em movimentos é uma identificação forte com um grupo que torna mais provável a participação em ações políticas vinculadas a tal coletivo (KLANDERMANS, 2001, p. 151).

E, por último, em ideologia relaciona-se a querer expressar as próprias visões, e se refere ao mesmo tempo a um tema duradouro na literatura sobre movimentos sociais e a um de seus recentes desenvolvimentos. A participação em movimentos expressivos, por outro lado, era uma meta por si só, por exemplo, a expressão de fúria em resposta a uma injustiça vivenciada (KLANDERMANS, 2001, p. 151).

Em sua visão, emoções que são relevantes politicamente são mais relevantes na construção social no fim da escala. Para essas emoções, fatores culturais e históricos cumprem um papel importante na interpretação do estado de coisas pelo qual elas foram geradas (KLANDERMANS, 2001, p. 153).

Jasper (1997, 1998) alega que entre as emoções, a raiva e a indignação são emoções relacionadas com uma avaliação específica da situação. Ou seja, ao mesmo tempo, as pessoas intrigam-se por alguns aspectos da realidade e tentam entender o que está acontecendo. Dessa forma, elas podem procurar por outras pessoas com experiências similares em um movimento social que promove um ambiente para a troca de experiências para que contem suas histórias e expressem seus sentimentos (KLANDERMANS, 2001, p. 153).

CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA POLÍTICA PARA O ENTENDIMENTO DA PARTICIPAÇÃO EM MOVIMENTOS SOCIAIS

O lado da oferta da participação está relacionado a organizações em movimentos sociais que são mais bem sucedidas, na satisfação da demanda por participação política coletiva. Logo, devemos assumir que os movimentos oferecem sucesso a participantes que têm em potencial o apoio dos movimentos que falham na sua oferta, e podem ser comparados a sua efetividade a esse respeito (KLANDERMANS, 2001, p. 154).

Através da instrumentalidade podemos observar que o movimento social pressupõe algumas das mudanças desejadas ou, pelo menos, realizar uma mobilização de apoio substancial. Nesse aspecto, os movimentos sociais tendem a demonstrar uma imagem de força política. A instrumentalidade também se aplica à provisão de alguns incentivos seletivos, dos quais o movimento tem condições de lançar mão, e que podem variar consideravelmente de uma organização para a outra (KLANDERMANS, 2001, p. 154).

Klandermans (1984,1997) combinou esses fatores no seu modelo de participação em movimentos. O modelo toma como ponto de partida que as metas dos movimentos são bens públicos. Elas pertencem à família da expectativa-valor e ligam a oferta de ações políticas coletivas, da forma como são percebidas pelos indivíduos, às suas demandas (KLANDERMANS, 2001, p. 155).

Isso posto, o modelo sustenta a ideia de que os critérios combinam com as demandas, também sugere que as pessoas são motivadas pela possibilidade de apoiar a produção de um bem público atrativo, sendo ele igualdade de direitos ou paz. Esses incentivos coletivos são subdivididos entre o valor do bem público e a expectativa de que ele será produzido ou executado. A teoria também supõe um nível ótimo: que quando se espera por muitos participantes, a participação individual torna-se desnecessária, porém, se esperam poucos participantes, a participação individual torna-se inútil. A oferta da participação está também relacionada ao comportamento dos outros. Aqui, as

CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA POLÍTICA PARA O ENTENDIMENTO DA PARTICIPAÇÃO EM MOVIMENTOS SOCIAIS

redes sociais são de importância estratégica, pois através delas as pessoas são informadas sobre a intenção de outros participantes. Também essa informação difere o tipo de participação e a ação coletiva, ação esta que já motiva um número crescente de pessoas a se somar, porque seus limites individuais à participação foram ultrapassados (KLANDERMANS, 2001, p. 155).

Por meio do aspecto de identidade, os movimentos oferecem a oportunidade de agir em nome de um grupo, isso é atrativo, pois as pessoas se identificam fortemente com seus grupos. O aspecto de identidade, segundo Simon et al. (1999) e Stumer (2000), mostra que a identificação com o grupo mais exclusivo de participantes do movimento é muito mais influente do que a identificação com a categoria mais inclusiva. Ou seja, o fato de ter a oportunidade de agir em nome do grupo e ter participação na ação política coletiva oferece ainda mais elementos de identificação. Quando se trata dos líderes do movimento, é importante ressaltar que eles podem ser mais ou menos carismáticos ou, em algum grupo, podem ser mais ou menos atraentes, o que se torna importante nos movimentos. Não é novidade que os militantes refiram-se ao movimento como sua segunda casa ou um substituto para a sua vida social, que a sociedade em volta não oferece (KLANDERMANS, 2001, p. 157).

Na literatura dos movimentos sociais tem se dado pouca atenção à questão da múltipla identidade; no entanto, pode-se presumir que cada movimento, de alguma forma, terá de lidar com a questão e, dependendo de como ela for tratada, o movimento será ou menos atrativo para as pessoas (KLANDERMANS, 2001, p. 158).

Uma agravante quando falamos do lado da oferta de participação é o fato de que as pessoas têm múltiplas identidades, enquanto movimentos enfatizam uma identidade coletiva, e, portanto, por definição, referem-se a um lugar único na sociedade. A partir disso, pode-se perceber o processo de identidade

CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA POLÍTICA PARA O ENTENDIMENTO DA PARTICIPAÇÃO EM MOVIMENTOS SOCIAIS

que tem tantos efeitos diretos ou indiretos na participação em protestos. O efeito indireto está relacionada a quando a identidade coletiva influencia a razão instrumental, a ponto de tornar menos atrativo para participar. A identidade coletiva parece ser uma forma de superar o dilema social formado na lógica instrumental sobre a participação em movimentos sociais. Enquanto o efeito direto está relacionado ao porquê a identidade coletiva cria um atalho à participação, ou seja, os indivíduos participam não é por causa dos ganhos associados e, sim, porque se identificam com os outros participantes (KLANDERMANS, 2001, p. 158).

A ideologia está associada ao papel significativo na difusão de ideias e valores, isto é, os participantes dos movimentos sociais que estão interessados em ganhar aceitação social e conquistar políticas em razão de suas ideias e seus valores. De acordo com Rochon (1998), distingue as “comunidades críticas”, nas quais novas ideias e novos valores são desenvolvidos. São movimentos sociais que têm a intenção de ganhar aceitação social e conquistar políticas por razão de suas ideias e seu valores (KLANDERMANS, 2001, p. 159).

Os movimentos sociais não inventam ideias do nada, mas as constroem a partir de uma herança ideológica, à medida que relacionam suas reivindicações a temas e valores mais amplos da sociedade (KLANDERMANS, 2001, p. 160).

Não é somente o componente cognitivo da ideologia que os movimentos sociais conduzem, uma vez que as pessoas estão nervosas, moralmente ultrajadas e os movimentos organizados fornecem a oportunidade de expressar e comunicar esses sentimentos. Os movimentos diferem a respeito de como lidam com as emoções, sentimentos, no sentido de que impulsionam a participação, mas também em termos das emoções e dos afetos que se dão dentro do movimento.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mediante o exposto a respeito dos estudos bibliográficos sobre os movimentos sociais e os aspectos que impulsionam os indivíduos a fazerem parte de certa mobilização social, a psicologia auxilia na compreensão dos passos para que as pessoas tenham interesse pela ideia do movimento ou pela simples participação. Em contrapartida, muitos entram nos movimentos coletivos, pois estão insatisfeitos com seu meio social e procuram opções para solicitar esta mudança. Através de grupos que vivenciam o sentimento de exploração ou injustiça social, iniciam-se trabalhos de mobilização para mudar a realidade vivenciada. A psicologia política auxilia na compreensão de que os movimentos sociais são formados historicamente e que vão se modelando de acordo com as demandas que aparecem através dos anos, bem como também mudam com a sociedade civil, visto que esta percebe sua força em massa. Utilizando da transição da luta de demandas materiais para demandas ideológicas, dessa forma, podemos observar a subjetivação dos integrantes dos grupos, além de o poder de identificação e idealização que os integrantes aderem durante o período nas mobilizações. Podemos citar também, a preocupação com os recursos que serão utilizados para trabalhar na aquisição da ideia que existe em volta da massa.

Com isso, compreende-se que os movimentos sociais podem ser realizados de diversas formas, como exposto na Teoria do Processo Político, que utilizava das mobilizações para ganhos materiais e políticos, de forma rude e agressiva, em contra partida, os Novos Movimentos Sociais, que tinham como propósito o ganho de identidade e as lutas compostas por demandas simbólicas, estas que são referenciadas por

CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA POLÍTICA PARA O ENTENDIMENTO DA PARTICIPAÇÃO EM MOVIMENTOS SOCIAIS

necessidades sociais já vivenciadas no contexto em que o grupo está inserido ou apenas por uma questão de respeito com a luta proposta. Podemos observar as aproximações entre a psicologia e sociologia, visto que os autores alegam a necessidades dos movimentos sociais serem observados pela ciências humanas, sugerindo que necessitam deste cuidado, pois foi notado através da sociologia a existência de condições que requisitavam entender a identidade dos novos movimentos sociais a partir da existência do conhecimentos das formas que estão inseridos e pelas condições financeiras provocadas pelo capitalismo. Dessa forma, a sociologia percebeu que era preciso que a psicologia pudessem contribuir com o olhar de sua ciência para explicar os fenômenos em massa. A partir dos autores expostos no ultimo capítulo, podemos notar que a psicologia proporciona inicialmente a sugestão de que o profissional não saiba apenas entender os movimentos de causa e efeito, mas, sim, partir para um lado que auxiliem nos movimentos sociais. Também podemos observar a consciência política, composta por sete fatores que auxiliam na compreensão e entendimento dos motivos pelos quais os participantes aderem as mobilizações. Por fim, um aspecto contributivo da psicologia em movimentos sociais e políticos no Brasil relacionam-se à compra da ideia do movimento ou à afeição pelo líder do grupo e suas crenças de afeto e paixão, a fim de tomá-lo como o líder e seguir suas ideias, visando a divisória entre a oferta e a demanda, esta que forma a contabilidade dos processos que motivam os participantes a aderir ao movimento social.

Dessa maneira, o estudo engloba uma discussão sobre a dinâmica psicossocial na participação em movimentos sociais. Podemos concluir, portanto, que a psicologia também auxilia na compreensão dos movimentos sociais, explicando não apenas o que promove um indivíduo para participar do grupo, como

CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA POLÍTICA PARA O ENTENDIMENTO DA PARTICIPAÇÃO EM MOVIMENTOS SOCIAIS

também, através do campo da psicologia política, podemos observar o que ocorre dentro das massas, sua estrutura e o que as mobilizam. Assim, por meio desta pesquisa, foi possível descrever e compreender melhor alguns desses processos através da perspectiva da psicologia.

Comecei este estudo no ano de 2015, e era assustador as proporções que os movimentos sociais tomavam. Eu só pensava no que exatamente motivavam estas pessoas, o que elas enxergavam e o que sentiam para tanto. Eu ainda era estudante do terceiro ano do curso de Psicologia e não imaginava as dimensões do que estava por vir e só pensava na necessidade de começar a estruturar o meu Trabalho de Conclusão de Curso, e dentro dos estudos da Psicologia Social, resolvi escolher o campo da Psicologia Política, e na época, com certeza eu não sabia muito. Eu não sabia tanto.

Com o passar dos anos, chegando em meu último ano de curso em 2017, consegui olhar através dos artigos e livros referenciados neste livro com uma perspectiva diferente. Entretanto agora, no ano de 2019, nós podemos vivenciar a experiência do fenômeno das mobilizações na pele, sendo divulgados a todo o momento, por todas as mídias sociais. O que nos tornam agentes a qualquer informação recebida, passiva da julgamentos e defesas por nós.

Gostaria de deixar algumas reflexões que consistem nestas vertentes: você se orgulha de estar em um movimento social? Você sabe o motivo de estar neste movimento social? Precisou de uma mobilização para se sentir aceito ou você é seu movimento social? Suas mobilizações procuram garantir direitos ou suas mobilizações retiram os direitos de quem lutou para ter?

6. REFERÊNCIAS

ALONSO, A. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. *Lua Nova*, São Paulo, vol. 76, 2009, p. 49-86. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452009000100003>. Acesso em: 25 Out. 2015.

ANTUNES, M. A. M. Psicologia e História: uma relação possível? Ou Psicologia e História: uma relação necessária!. *Revista da Associação Brasileira de Psicologia Social*. Minas Gerais, Ano IV, nº 7, set., 1989.

BOMFIM, E. M. Notas Sobre A Psicologia Social e Comunitária no Brasil. *Revista da Associação Brasileira de Psicologia Social - ABRAPSO*. Ano IV. nº 7, setembro de 1989

BRINGEL, B.; ESPINEIRA, M. V. Movimentos sociais e política: releituras contemporâneas. *Caderno. CRH* [online]. Salvador, vol. 21, nº 54, set./out./nov./dez., 2008, p. 419-422. Disponível em < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792008000300001 >. Acesso em: 17. Nov. 2015.

CORRÊA, F.; ALMEIDA, M. A. B. (2012). Teorias Dos Movimentos Sociais E Psicologia Política. *Psicologia Política*, vol 12, nº 25, set.-dez, 2012, p. 549-569.

CORRÊA, F.; SILVA, A. S. S. *No interstício das disciplinaridades: a psicologia política*. Curitiba: Editora Prismas, 2015.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Código de ética profissional do psicólogo. Art. 6º, letra "E", da Lei nº 5.766, de 20/12/1971, e o ART 6º, inciso VII, do Decreto nº 79.822 de 17/06/1977.

DOIMO, A. M. A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70. In: AVRITZER, L. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* [online]. São Paulo, vol.12, nº 35, fev., 1997. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69091997000300010>>. Acesso em: 17 Set. 2015.

ELSTER, I. Marxismo, funcionalismo e teoria dos jogos: argumentos em favor do Individualismo metodológico. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, CEDEC, nº 17, junho, 1989.

FREUD, S. *Psicologia das Massas e Análise do Eu e outros textos* (1920 -1923). Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

KLANDERMANS, B. A oferta e a demanda da participação: os correlatos psicossociais da participação nos movimentos sociais. In: CORRÊA, F.; SILVA, A. S. S. *No interstício das disciplinaridades: a psicologia política*. Curitiba: Editora Prismas, 2015. p. 125- 173.

_____. *The social psychology of protest*. Oxford: Blackwell Publishers. 1997.

LE BON, G. *Psicologia das Multidões*. Universidade da França: Delraux, 1895.

CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA POLÍTICA PARA O ENTENDIMENTO DA PARTICIPAÇÃO EM MOVIMENTOS SOCIAIS

MARTÍN-BARÓ, I. El papel del psicólogo en el contexto centroamericano. *Boletín de Psicología de El Salvador*, vol.4 n°17, 1985. p. 99-112.

_____. Psicologia Política Latino-Americana. *Psicologia Política*. vol.13, n° 28, 1990, p. 555-573.

_____. Hacia una psicología de la liberación. *Boletín de Psicología de El Salvador*, vol. 5 n°22. 1986 p. 219-231.

MCADAM, D.; TARROW, S.; TILLY, C. *Dynamics of contention*. New York: Cambridge University Press, 2001.

McCARTHY, J. D.; ZALD, M. N. Resource mobilization and social movements: a partial theory. *American Journal of Sociology*, vol. 82.n° 6, 1977.

OLIVER, P. Rewards and Punishments as Selective Incentives for Collective Action: Theoretical Investigations. *American Journal of Sociology*, vol. 85, 1980.

SANDOVAL, S. A. M. A Crise Sociológica e a Contribuição da Psicologia Social ao Estudo dos Movimentos Sociais. *Educação & Sociedade*, dez., 1989, p. 122-129.

SANDOVAL, S. A. M. Algumas reflexões sobre cidadania e formação de consciência política no Brasil. Em Mary J. Spink. (Org.), *A cidadania em construção: Uma reflexão transdisciplinar*. São Paulo: Cortez. 1994.

_____. A Psicologia Política da crise do movimento sindical brasileiro dos anos 1990: uma análise da consciência política num momento de desmobilização.

CORRÊA, F.; SILVA, A. S. S. *No interstício das disciplinaridades: a psicologia política*. Curitiba: Editora Prismas, 2015. p. 177- 217.

_____. The crisis of the Brazilian labor movement and the emergence of alternative forms of working-class contention in the 1990s. *Revista Psicologia Política*, 1(1), 173-195. 2001. Disponível em <<http://www.fafich.ufmg.br/~psicopol/pdfv1r1/Salvador.pdf>>. Acesso em: 11 Fev 2015.

SILVA, C. M. C. S. Intercultura e movimentos sociais. In: *Cadernos de Pesquisa* [online]. n° 106, março, 1999. p. 233-235. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.1590/S0100-15741999000100012>>. Acesso em: 17 Set. 2015.

SIMON, B. "Individuals, Groups, and Social Change: On the Relationship between Individual and Collective Self-Interpretations and Collective Action. In: SEDIKIDES, C.; SHOPLER, J.; INSKO, C. (orgs.). *Intergroup Cognition and Intergroup Behavior*. Mahwah: Lawrence Erlbaum, 1998.

VEM PARA RUA. Disponível em: <<https://www.vempraru.net/>>. Acesso em: 09/02/2019.

**CONTRIBUIÇÕES
DA PSICOLOGIA
POLÍTICA PARA
O ENTENDIMENTO
DA PARTICIPAÇÃO
EM MOVIMENTOS
SOCIAIS**

ÍNDICE REMISSIVO

A

agente 14
Alma Coletiva 11
Almeida 14
Alonso 14, 15, 20, 21
América Latina 9, 18, 36
ANTUNES 29, 30, 60
apego afetivo 46
aulas 8

B

Bert Klandermans 8, 10, 12, 43
BONFIM 30

C

classe trabalhadora 41, 42
Consciência Política 38
Corrêa 14
crenças 11, 14, 19, 26, 38, 39, 42, 58
cultura 14, 15, 19, 20, 26, 30, 51

D

democrática 10

E

eleições 8, 21
ELSTER 26, 60
Estados Unidos 16, 19
Estrutura de Oportunidades Políticas 21
estrutura social 14, 39
Europa 16, 18, 20, 24
expectativas 38, 39, 42

F

facções políticas 42
Freud 11

G

globalização 15, 43
Gustav Le Bon 27

H

habilidade 41
história 45, 46

I

identidade 8, 19, 24, 26, 38, 41, 42, 50,
51, 52, 53, 55, 56, 57, 58
Identidade Coletiva 38
ideologia 26, 39, 50, 51, 53, 56
Ignacio Martin-Baró 8
Ilse Scherer-Warren 26
individuais 24, 29, 30, 55
injustiça 14, 38, 40, 43, 51, 53, 57
injusto 40
institucionais 16
instituições 14, 16, 39
instrumentalidade 50, 51, 52, 54
interdisciplinar 8, 27, 28
interdisciplinaridade 8, 29
intervenção psicológica 35

J

justo 40

K

Klandermans 8, 10, 12, 43, 44, 45, 46,
47, 48, 49, 50, 51, 54
KLANDERMANS 44, 45, 46, 47, 48, 49,
50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 60

M

macrossocial 25
Martín-Baró 8, 9, 35, 37
Marwell 44, 51
McCarthy 17, 52
microsociais 26, 36

CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA POLÍTICA PARA O ENTENDIMENTO DA PARTICIPAÇÃO EM MOVIMENTOS SOCIAIS

- militância política 35
 minorias 14
 mobilização 11, 15, 17, 22, 24, 25, 30,
 32, 45, 46, 47, 48, 49, 51, 54,
 57, 59
 modelo 9, 10, 24, 25, 38, 41, 54
 movimentos coletivos 14, 57
 movimento sindical 41, 42, 61
 movimentos sociais 8, 10, 11, 12, 14, 15,
 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 24, 25,
 26, 27, 28, 29, 30, 32, 34, 35, 36,
 40, 43, 45, 46, 47, 50, 51, 52, 53,
 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61
- N**
 neoliberalismo 41, 43
- O**
 Oliver 44, 51
- P**
 poder 8, 15, 16, 29, 31, 33, 35, 37, 38,
 57
 política 8, 9, 10, 11, 12, 14, 15, 16, 18,
 20, 21, 22, 27, 28, 31, 33, 35, 36,
 37, 38, 39, 41, 43, 46, 47, 51, 54,
 55, 57, 58, 59, 60, 61
 politização 27, 31, 36
 positivismo 36
 Psicologia 8, 9, 10, 11, 12, 28, 29, 30,
 34, 59, 60, 61
 Psicologia Política 8, 9, 10, 28, 29, 59,
 60, 61
 psicólogos 26, 27, 28, 29, 35, 37
 psicossocial 8, 10, 30, 47, 49, 51, 58
- Q**
 qualificações 41
- S**
 SALVADOR 24, 25, 26, 27, 30
 Salvador Sandoval 8, 9, 12, 28, 37
- Sandoval 8, 9, 12, 24, 28, 37, 38, 41
 século XX 9, 14, 19, 20
 subjetividade 21, 22, 24
- T**
 tecnologia 20
 Teoria de Mobilização de Recursos 17, 18
 Teoria do Processo Político 10, 20, 22, 57
 Teoria dos Novos Movimentos Sociais 10,
 19
 TMR 17, 18
 TNMS 19
- V**
 valores 14, 18, 22, 24, 26, 31, 39, 56
 Vem Pra Rua 11
- Z**
 Zald 17, 52

CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA POLÍTICA PARA O ENTENDIMENTO DA PARTICIPAÇÃO EM MOVIMENTOS SOCIAIS

SOBRE A AUTORA



Foto: Igor Montairini

Débora Regiana Garcia

Nascida na cidade de Catanduva, e criada na cidade de Novais, ambas localizadas no interior do Estado de São Paulo. Foi estagiária na área de Psicologia da Central de Penas e Medidas Alternativas de Catanduva, pela Coordenadoria de Reintegração Social e Cidadania do Estado de São Paulo. Orientadora

social no Centro de Referência de Assistência Social em Catanduva, atuando na proteção básica, e Orientadora Social no Centro de Referência Especializado de Assistência Social em Catanduva, atuando nos casos de proteção social especial. Psicóloga, graduada pelo IMES CATANDUVA e Pós-Graduada em Educação com ênfase em Psicomotricidade pela FAATESP.

E-mail para contato: deborarg@outlook.com.br

www.pimentacultural.com

CONTRIBUIÇÕES DA PSICOLOGIA POLÍTICA PARA O ENTENDIMENTO DA PARTICIPAÇÃO EM MOVIMENTOS SOCIAIS